



**Diretiva 2013/34/UE: Principais Implicações na Contabilidade e  
Auditoria**

**Tânia Patrícia Ferreira Silva**

**Dissertação de Mestrado**

**Mestrado em Auditoria**

**Porto – 2014**

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO  
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**



## **Diretiva 2013/34/UE: Principais Implicações na Contabilidade e Auditoria**

**Tânia Patrícia Ferreira Silva**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Auditoria, sob orientação do Doutor Eduardo Sá e Silva, Professor Adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.**

**Porto – 2014**

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO  
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**

## **Resumo:**

A Contabilidade demonstrou ser uma ciência dinâmica ao longo da sua existência. Prova disso, são as constantes mutações que têm ocorrido, principalmente no seio da União Europeia. Com as novas exigências que a crise económica criou, e tendo sempre em consideração o Projeto Europeu, os Estados-Membros deparam-se agora com um novo desafio: a desburocratização e desoneração das pequenas entidades. A Diretiva 2013/34/UE pretende ser um instrumento harmonizador, mas acaba também por permitir várias escolhas que dividirão a contabilidade europeia.

Este trabalho pretende dar uma visão geral das possíveis mudanças para a estrutura empresarial portuguesa, pretendendo efetuar uma comparação entre o paradigma atual e o que se espera com a transposição da Diretiva. É utilizado um exemplo de uma empresa portuguesa, que se tornará uma pequena entidade, para avaliação dos impactos e modificações que será alvo a partir de 2016.

**Palavras-Chave:** Diretiva, Harmonização, Normas Contabilísticas de Relato Financeiro, Pequenas Empresas.

## **Abstract:**

Accounting proved to be a dynamic science throughout its existence. Proof of this are the constant changes that have taken place, mainly within the European Union. With the new demands that the economic crisis has created, and taking into consideration the European Project, Member States are faced with a new challenge: reducing bureaucracy and exemption for small entities. The 2013/34/EU Policy aims to be a harmonizer tool, but ends up also allowing multiple choices that will divide the European accounting. This work aims to give an overview of the possible changes to the Portuguese business structure, intending to make a comparison between the current paradigm and what is expected with the transposition of the directive. Is used as an example of a Portuguese company, which will become a small entity, for evaluation of impacts and changes that will target from 2016.

**Key words:** Policy; Harmonization; Accounting and Financial Reporting Standards; Small Entities

## **Agradecimentos**

Um profundo agradecimento ao meu orientador, Doutor Eduardo Sá e Silva, por todo o apoio na resolução deste trabalho, pela disponibilidade, por todas as críticas construtivas e por me ter orientado sempre no caminho certo.

Um muito obrigado ao Dr. Paulo Anjos pela preciosa ajuda na revisão do trabalho realizado e pela disponibilidade.

Aos meus pais, Áurea e António, pelo amor incondicional, por estarem sempre presentes, pelo incentivo para chegar mais longe e pela força que me transmitiram para ultrapassar este objetivo.

Ao meu namorado Duarte, minha âncora, meu suporte e minha fonte de inspiração, pela motivação e valorização constantes, mas principalmente pelo AMOR demonstrado. Obrigada pelo sorriso fácil, pela palavra certa e por nunca me teres deixado desistir!

À minha irmã, Carla, pelo apoio, ânimo e por ter sempre uma palavra de conforto nos momentos mais difíceis.

À D. Rosália Afonso, pela leitura atenta e ajuda na correção ortográfica.

A todos os meus colegas de trabalho da Caetano Auto, pelo incentivo, ajuda e confiança que sempre depositaram em mim.

A todos os que indiretamente me ajudaram nesta etapa e não estão referidos atrás, o meu sincero OBRIGADA!

## **Lista de Abreviaturas**

CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEE	Comunidade Económica e Europeia
CNC	Comissão de Normalização Contabilística
DC	Diretrizes Contabilísticas
FEE	Fédération des Experts-Comptables Européens
FIFO	First-in-First-Out
IAS	International Accounting Standards
IASB	International Accounting Standards Board
IFAC	International Federation of Accountants
IFRS	International Financial Reporting Standards
INE	Instituto Nacional de Estatística
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LIFO	Last in-First-Out
MEP	Método da Equivalência Patrimonial
NCRF	Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro
PAC	Política Agrícola Comum
PME	Pequenas e Médias Empresas
POC	Plano Oficial de Contabilidade
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
UE	União Europeia

## **Índice**

Introdução .....	1
Capítulo I- Enquadramento e Contexto .....	4
1.1 - O Projeto Europeu .....	5
1.2 - Instrumentos de Direito Derivado da União Europeia .....	7
1.3 - A Diretiva 78/660/CEE .....	8
1.4 - A Diretiva 83/349/CEE de 13 de junho de 1983.....	11
1.5 - A Diretiva 84/253/CEE de 10 de abril de 1984 .....	12
1.6 - O caso Português .....	13
1.6.1 - Enquadramento Nacional no Contexto Europeu .....	13
1.6.2 - O POC/89 .....	13
1.6.3 - O Sistema de Normalização Contabilística (SNC) .....	15
1.6.4 - A Diretiva 2013/34/UE .....	16
Capítulo II - Nova Diretiva da Contabilidade- Principais diferenças e semelhanças com o Normativo Anterior .....	17
2.1 - A aprovação da Diretiva 2013/34/UE e os seus objetivos .....	18
2.2 - Categorias de Empresas e de Grupos .....	19
2.3 - Disposições e Princípios Gerais .....	22
2.3.1 - Imagem Verdadeira e Apropriada .....	23
2.4 - Características Qualitativas da Informação Financeira vs. Princípios Gerais de Relato Financeiro.....	23
2.5 - Constrangimentos à Informação Relevante e Fiel (§43 a §45) .....	25
2.6 - Exceções à aplicação dos princípios gerais de relato financeiro.....	29
2.7 - Bases de Mensuração .....	30
2.8 - Diferenças e Semelhanças nas Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) relativamente à Diretiva 2013/34/UE.....	32
2.8.1 NCRF 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras .....	32
2.8.2 NCRF 2 - Demonstração Fluxos Caixa .....	35

2.8.3 NCRF 5 - Divulgação de Partes Relacionadas .....	38
2.8.4 NCRF 6 - Ativos Intangíveis .....	40
2.8.5 NCRF 7 - Ativos Fixos Tangíveis .....	44
2.8.6 NCRF 10 - Custos Empréstimos Obtidos .....	46
2.8.7 - Participações Financeiras e Consolidação de Contas (NCRF 13;14 e 15).....	46
2.8.8 - NCRF 18 - Inventários .....	52
2.8.9 - NCRF 27 - Instrumentos Financeiros.....	53
2.9 - As Pequenas Entidades e a Simplificação .....	56
2.10 - Impactos na Auditoria .....	60
Capítulo III - Comparação do Balanço e da Demonstração de Resultados do SNC com a Nova Diretiva .....	61
Capítulo IV - Conclusões .....	73
Bibliografia.....	76
Anexos.....	79
Anexo I – Alterações à 4ª Diretiva .....	79
Anexo II- Modelo Balanço SNC .....	80
Anexo III - Modelo Demonstração Resultados SNC .....	81
Anexo IV - Modelo Balanço Diretiva .....	82
Anexo V - Modelo Demonstração Resultados Diretiva .....	83
Anexo VI - Balanço CAETSU 2013 .....	84
Anexo VII - Demonstração Resultados CAETSU 2013 .....	85

## **Índice de Tabelas**

Tabela 1 - Limiares de classificação de empresas (elaboração própria) .....	20
Tabela 2 - Limiares de classificação de Grupos (elaboração própria) .....	21
Tabela 3- Comparação entre SNC e Diretiva dos ativos intangíveis .....	43
Tabela 4 - Classificação das Partes de Capital .....	49
Tabela 5 - Diferenças nas NCRF - Elaboração Própria.....	58
Tabela 6 - Simplificações Microempresas - Elaboração Própria .....	59
Tabela 7 - Balanço SNC CAETSU 2013 - Retirado do Relatório e Contas 2013.....	63
Tabela 8 - Demonstração Resultados SNC CAETSU 2013 - Retirado do Relatório e Contas 2013 .....	64
Tabela 9 - Balanço CAETSU- Diretiva 2013/34/UE - Elaboração Própria .....	68
Tabela 10 - Demonstração Resultados Diretiva 2013/34/UE - Elaboração Própria .....	69
Tabela 11 - Tabela Comparativa das Demonstrações Financeiras – Elaboração Própria ...	72
Tabela 12 - Alterações à 4ª Diretiva.....	79



## **Introdução**

O Projeto de Harmonização Contabilística surgiu quase ao mesmo tempo que o próprio Projeto europeu. Desde cedo, as autoridades europeias compreenderam que os Estados-Membros tinham diferentes formas de encarar a contabilidade e a auditoria e diversas formas de encarar e resolver os problemas que iam surgindo.

Esta diversidade contabilística aliou-se à diversidade política, económica e cultural, e por isso, à medida que se foi tentando harmonizar diversos aspetos da vida europeia (por exemplo através da moeda única), foram também tomadas decisões no sentido de harmonizar as normas contabilísticas com o objetivo de melhorar a qualidade da informação financeira produzida e melhorar a compreensibilidade por parte dos utentes da informação financeira.

As Diretivas foram um dos instrumentos utilizados para produzir essas alterações. Foram publicados vários documentos que tentavam direcionar as normas dos Estados-Membros para uma contabilidade harmonizada, à medida que cada país transpunha essas disposições para os panoramas nacionais.

Ainda assim, por várias vezes, a tentativa de Harmonização Contabilística sofreu revés, com cada país a optar pelas opções que mais se identificavam com as necessidades, e portanto, esquecendo a perspetiva europeia.

Além da preocupação com a Harmonização Contabilística, a União Europeia preocupa-se também com a sustentabilidade do tecido empresarial dos diversos países-membros.

A crise financeira de 2008 e a constante volatilidade dos mercados financeiros, influenciam de forma negativa as empresas europeias, com particular destaque para as de menor dimensão. A conjuntura desfavorável acabou por ser determinante para a determinação da necessidade de desonerar as empresas mais pequenas, como forma de as tornar mais flexíveis e competitivas.

A Diretiva 2013/34/UE nasceu com esse propósito. Tendo em consideração a elevada percentagem de pequenas empresas que existem na União Europeia, (Portugal é um caso flagrante), o Parlamento Europeu legislou de forma a simplificar a contabilidade e auditoria para essas pequenas entidades, permitindo o alívio em termos de gastos administrativos, que por vezes, têm um peso significativo na estrutura de custos.

Por outro lado, a Diretiva surge como forma de proteger os utentes das demonstrações financeiras na medida em que aposta na simplificação e clareza da informação apresentada, permitindo-lhes mais facilmente efetuar a comparabilidade entre demonstrações financeiras.

Esta dissertação tem como objetivo percorrer a História da União Europeia, referindo os documentos de cariz contabilístico mais importantes, culminando na aprovação da Diretiva 2013/34/UE que aconteceu no dia 26 de junho de 2013.

Uma vez que ainda não existem documentos de transposição oficiais em Portugal, é efetuada uma comparação entre as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, com ênfase nas principais diferenças encontradas.

Por último, foram utilizados dados reais de uma empresa, considerada média de acordo com o normativo atual, para a comparação do Balanço e Demonstração de Resultados com o SNC (Sistema de Normalização Contabilística) e a Diretiva da Contabilidade. A CAETSU é uma empresa do Grupo Salvador Caetano, e de acordo com os novos limites será considerada uma pequena empresa, com todas as modificações que essa classificação incorrerá.

## **Capítulo I- Enquadramento e Contexto**

## **1.1 - O Projeto Europeu**

O Projeto Europeu começou a ser pensado após o fim da Segunda Guerra Mundial (1945), como forma de terminar os conflitos sangrentos que tinham oposto grande parte dos países da Europa nos anos anteriores.

A 9 de maio de 1950, é adotado o plano Monnet, através da declaração de Robert Schuman desaguando na criação da *CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço)*, que tinha como objetivo unir esforços a nível económico e político dos seis países fundadores (Alemanha, França, Bélgica, Itália, Luxemburgo e Países Baixos).

Os anos 50 são marcados também pela Guerra Fria e portanto o receio de uma terceira guerra mundial era crescente. As constantes investidas soviéticas e o início da corrida espacial fizeram a Europa procurar novas formas de manter a união e garantir novos mercados estratégicos.

Este documento criou a *CEE (Comunidade Económica e Europeia ou vulgarmente conhecida como “mercado único)*, cujo principal objetivo foi *“a livre circulação das pessoas, dos serviços, das mercadorias e dos capitais”* (Europeia O. P., 2013)

Esta nova comunidade visava uma *“integração geral das atividades económicas dos estados-membros, com o objetivo da criação do mercado comum que estabelecesse os fundamentos de uma união cada vez mais estreita entre os povos europeus.”* (Soares, 2009)

Além desta nova perspetiva de circulação livre são ainda estabelecidas políticas comuns, como por exemplo a PAC (Política Agrícola Comum) e uma união aduaneira.

É também através do Tratado de Roma que são estruturadas as principais instituições que ainda hoje compõem a União Europeia.

Este tratado, embora tenha sido alterado inúmeras vezes desde a sua ratificação, é o primeiro pilar da enorme instituição que a União Europeia se viria a tornar.

Os anos 60 serviram para implementar as medidas definidas anteriormente, nomeadamente com a aprovação da Política Agrícola Comum, mas também de aproximação entre os seis países fundadores e o resto do mundo, nomeadamente através de acordos internacionais que incluíam o respeito pelos direitos humanos como principal requisito. A Política

Agrícola Comum, vulgarmente conhecida como (PAC) tinha como objetivo o *“incremento da produtividade agrícola, o aumento do rendimento dos agricultores, a segurança dos abastecimentos e a criação de preços razoáveis para os consumidores.”* (Soares, 2009)

Até ao final da década, intensificam-se as relações entre os seis países beneficiando para isso da isenção das taxas aduaneiras e contribuindo para a melhoria da economia dos países incluídos.

Nos anos seguintes a comunidade foi alargando a mais países e integrando aos poucos países diferentes.

A queda do muro de Berlim, em 1989, simboliza o *“desmoronamento do comunismo na Europa Central e Oriental”*<sup>1</sup>, permitindo também a união da Alemanha há muito separada.

O tratado de Maastricht foi assinado a 7 de fevereiro de 1992<sup>2</sup> e foi um importante passo no processo de integração europeia ao permitir o lançamento da União Política.

Este tratado, também designado como “Tratado da União Europeia”, assentava em três pilares fundamentais: As Comunidades Europeias, a Política Externa e a Segurança Comum.

A mudança formal mais evidente é o facto de a Comunidade Económica Europeia (CEE) passar a União Europeia (UE), tendo também reforçado o poder do Parlamento Europeu, ao permitir que este adote atos juntamente com o Conselho.

É através deste tratado que surge a ideia de uma moeda única para todos os países, que serviria para unir ainda mais os estados-membros em torno de uma Europa Unida.

A meio da década (1995) são criados os acordos de Schengen<sup>3</sup> que garantiram a liberdade total de circulação de pessoas nos países que assinaram o respetivo acordo.

---

<sup>1</sup> [http://europa.eu/about-eu/eu-history/1980-1989/index\\_pt.htm](http://europa.eu/about-eu/eu-history/1980-1989/index_pt.htm)- acesso em 3 dezembro de 2013

<sup>2</sup> [http://europa.eu/legislation\\_summaries/institutional\\_affairs/treaties/treaties\\_maastricht\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_maastricht_pt.htm)- acesso em 3 dezembro de 2013

<sup>3</sup> [http://europa.eu/legislation\\_summaries/justice\\_freedom\\_security/free\\_movement\\_of\\_persons\\_asylum\\_immigration/l33020\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/free_movement_of_persons_asylum_immigration/l33020_pt.htm)- acesso em 4 dezembro de 2013

Já em 1999, é adotado oficialmente o euro nas transações comerciais e financeiras dos países aderentes, sendo que as notas e moedas entram em circulação mais tarde (01 janeiro de 2002)<sup>4</sup>.

Com o aproximar do final da década e com a crise económica de 2008, a União Europeia viu-se obrigada a encetar esforços de cooperação económica e a estreitar laços.

## **1.2 - Instrumentos de Direito Derivado da União Europeia**

Durante todo o processo de integração europeia, foi necessário utilizar vários instrumentos de direito derivado como forma de uniformizar as leis e regulamentos a todos os Estados-Membros.

Também esta alteração foi realizada através de fases.

*“A necessidade de criar informação contabilística comparável iniciou-se nos anos 70, com o início da livre circulação dos fatores produtivos, mais concretamente o Capital, que podiam estar comprometidos pela falta de harmonização contabilística.”* (Rodrigues e Guerreiro, 2004).

Assim, surgem as **Diretivas Comunitárias**. De acordo com o *Europe Direct Aveiro*<sup>5</sup>, uma Diretiva comunitária é *“uma lei da União Europeia que toma precedente sobre as leis dos diferentes Estados-Membros”*.

A nível institucional as Diretivas são *“votadas pelo Conselho de Ministros apropriado, após aprovação pelo Parlamento Europeu, e a autoridade máxima para a interpretação das mesmas é o Tribunal Europeu da Justiça”*.<sup>6</sup>

Relativamente às outras fontes de Direito Derivado, existem ainda os Regulamentos e as Decisões.

---

<sup>4</sup> [http://ec.europa.eu/economy\\_finance/euro/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/economy_finance/euro/index_pt.htm)- acesso em 3 dezembro de 2013

<sup>5</sup> Os centros de Informação Europe Direct são serviços de informação europeia, que pretendem ser intermediários entre os cidadãos e a União Europeia. [http://europe-direct-aveiro.aeva.eu/index.php?option=com\\_content&view=article&id=49&Itemid=2](http://europe-direct-aveiro.aeva.eu/index.php?option=com_content&view=article&id=49&Itemid=2)- acesso em 3 dezembro de 2013

<sup>6</sup> [http://europe-directaveiro.aeva.eu/index.php?option=com\\_content&view=article&id=91:faq22&catid=31:general&Itemid=46](http://europe-directaveiro.aeva.eu/index.php?option=com_content&view=article&id=91:faq22&catid=31:general&Itemid=46) acesso em 3 dezembro de 2013

Tal como é explicado no sítio oficial da União Europeia, o **Regulamento** é “*um ato normativo, com carácter geral e obrigatório em todos os seus elementos e diretamente aplicável em todos os Estados-Membros.*”<sup>7</sup> Desta forma, não é possível existir adaptações ou transposições à realidade jurídica nacional. Todas as disposições são de aplicação global e obrigatória e são também aplicáveis a todas as instituições e particulares.

Também no mesmo portal da União Europeia, é definido o conceito de **Decisão**. Trata-se de “*um instrumento jurídico à disposição das instituições europeias para a implementação das políticas europeias*”.<sup>8</sup> Este instrumento de direito derivado é de carácter obrigatório e pode ter um alcance geral ou específico.

Em relação às matérias de contabilidade e auditoria, surgiram vários documentos importantes.

A 4ª Diretiva (78/660/CE- Contas Anuais de certas formas de sociedades) e a 7ª Diretiva (83/349/CE- Pessoas Encarregadas da fiscalização legal dos documentos contabilísticos) foram criadas com o intuito de harmonização das respetivas legislações nacionais, permitindo uma maior transparência e igualdade em todos os Estados-Membros.<sup>9</sup>

*“A Quarta e a 7ª Diretivas constituem o maior expoente de normalização contabilística desenvolvida pela União Europeia, tendo a sua implementação enfrentado as dificuldades inerentes a uma Europa que inclui diversos sistemas contabilísticos tradicionais. (...) Não se pretendeu uniformizar, mas sim harmonizar.”* (Rodrigues e Guerreiro, (2004)

### **1.3 - A Diretiva 78/660/CEE**

Segundo Beuselinck, Joos e Der Meulen (2007) “*uma primeira tentativa de harmonizar os relatos ocorreu através da introdução de Diretivas contabilísticas europeias*”, que são publicadas sob a autoridade do Tratado de Roma. As Diretivas de maior importância para a harmonização contabilísticas são a quarta (Conselho da CEE, 1978) e a 7ª Diretivas (Conselho da CEE 1989).

Estas Diretivas foram das mais importantes a nível da harmonização contabilística na União Europeia, uma vez que especificaram a forma de elaborar as contas individuais e

---

<sup>7</sup> [http://europa.eu/legislation\\_summaries/institutional\\_affairs/decisionmaking\\_process/114522\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/decisionmaking_process/114522_pt.htm)- acesso em 4 dezembro de 2013

<sup>8</sup> [http://europa.eu/legislation\\_summaries/institutional\\_affairs/decisionmaking\\_process/ai0036\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/decisionmaking_process/ai0036_pt.htm)- acesso em 4 dezembro de 2013

<sup>9</sup> Além destas foram ainda emitidas a Diretiva 86/635/CEE para bancos e a Diretiva 91/674/CEE para empresas de seguros.



consolidadas, permitindo em certa medida melhorar a *“comparabilidade das contas e das atividades transfronteiriças, tendo permitido o reconhecimento mútuo das contas para efeitos de admissão à cotação dos valores mobiliários em toda a UE”* (COM 95;508).

*“As Diretivas não respondem, todavia, a todos os problemas com que se deparam aqueles que, nos anos 90, elaboram e utilizam as contas e fixam as normas nesta matéria.”* (COM 95;508).

Desta forma, pretendia-se alcançar os objetivos de harmonização pretendidos inicialmente que eram: (Conesa, 1996)

- Obter um nível de igualdade de condições (*level playing field*) para as empresas que atuam no mercado único, de forma a evitar que possam ser favorecidas tendo em conta os requisitos individuais de cada Estado-Membro, garantindo a harmonização dos requisitos da informação financeira,

- Obter um segundo nível de promoção do mercado de capitais eficiente e integrado (*Levelled upwards*), exigindo por isso que a informação financeira produzida nas empresas pudesse ser confiável comparativamente em quantidade e qualidade.

O aparecimento da 4ª Diretiva pretendeu atingir o primeiro objetivo, uma vez que devido às disparidades entre os Estados-Membros, o segundo objetivo era extremamente difícil de alcançar.

Ainda assim, esta Diretiva no seu artigo 52º prevê a criação de um “Comité de Contacto” que tinha como objetivo *“facilitar (...) uma aplicação harmónica da presente Diretiva por uma concertação regular incidindo especialmente sobre os problemas concretos da sua aplicação”*. (Europeia P. E., Diretiva 78/660/CE, 1978)

Relativamente à elaboração da Diretiva propriamente dita, esta começou em 1965, tendo sido aprovada em 1978 (25 julho)<sup>10</sup>.

Com a entrada de novos países para a comunidade, as visões sobre as especificidades da Diretiva foram obrigatoriamente mudando.

---

<sup>10</sup> Nesta data, os membros da Comunidade Económica Europeia já eram doze, contrariamente à data de início do projeto de Diretiva, onde eram apenas os seis países fundadores.

*“A Dinamarca tinha as exigências legais e contabilísticas pouco desenvolvidas (...) e não tinha o requisito de “imagem verdadeira e apropriada”. O Reino Unido e a Irlanda tinham igualmente poucos requisitos contabilísticos, mas existia requisito legal da imagem verdadeira e apropriada”* (Nobes, 1993)

Segundo (Haller, 2002), esta Diretiva visava *“harmonizar as legislações nacionais sobre a regulamentação contabilística das empresas”*.

Pretendia-se que um dos aspetos principais incluísse a exigência de elaborar contas anuais que proporcionassem *“a true and fair view”* dos ativos, passivos, ganhos e perdas e da posição financeira da entidade.

Além disto, considerava-se bastante importante a existência de notas, que fornecessem informações complementares. Ainda assim, dos países que assinaram a 4ª Diretiva, a Holanda já reconhecia a imagem verdadeira e apropriada nas suas entidades desde 1970: *“(...) foi a Holanda, onde as Annual Accounts of Enterprises Act(...) continham o requisito obrigatório de que as contas devam permitir uma imagem sólida e fidedigna”*. (Nobes, 1993)

Em relação aos princípios basilares da Diretiva, esta forneceu aos Estados-Membros formatos-tipo das demonstrações financeiras (balanço, demonstração resultados, etc), deixando contudo, à consideração de cada Estado-Membro a sua reprodução fiel ou não.

À parte disto, a Diretiva propõe ainda várias alterações relevantes na apresentação das contas anuais: (Europeia P. E., Diretiva 78/660/CEE, 1978)

- A prudência e a coerência passam a ser referidas como métodos de avaliação;
- As notas devem conter elementos importantes como os métodos de cálculo utilizados em correções de valor de ativos e passivos, identificação das empresas com partes de capital, incluindo dividas, etc.
- Prevê que, no relatório anual produzido pela entidade, esta faça uma análise crítica e fiel à evolução dos negócios, sempre com a perceção do princípio da continuidade;

Além de todas estas especificidades contabilísticas, a Diretiva 78/660/CE previa a existência de um sistema de auditoria, que garantisse a existência de uma ou mais pessoas

autorizadas pela legislação nacional para o efeito (art.º 51º número 1, alínea a) da Diretiva). (Europeia P. E., Diretiva 78/660/CEE, 1978)

Em termos de transposição para a realidade interna dos Estados-Membros, verificou-se que esse acabou por ser um processo bastante longo e moroso, contudo atualmente, todos os países membros já fizeram a devida transposição para o ordenamento jurídico nacional.

A 4ª Diretiva sofreu várias alterações ao longo do tempo, (Tabela 1) contudo a maior alteração relacionou-se com a inclusão do justo valor como método de mensuração dos instrumentos financeiros.<sup>11</sup>

A nova Diretiva da Contabilidade<sup>12</sup>, que surgiu em 2013 revoga a 4ª Diretiva.

#### **1.4 - A Diretiva 83/349/CEE de 13 de junho de 1983**

Esta Diretiva surgiu devido à necessidade de legislar acerca dos grupos de sociedades que iam despoletando na Europa na segunda metade do século XX. Desta forma, a 4ª Diretiva veio regulamentar as contas individuais, mas faltava a *“coordenação das legislações nacionais sobre as contas consolidadas a fim de realizar os objetivos de comparabilidade e equivalência entre essas informações.”* (Europeia J. O., Diretiva 83/349/CEE, 1983)

O principal objetivo deste documento era definir claramente quais as empresas que poderiam estar sujeitas a consolidação de contas e em que termos essa situação ocorreria.

Caso a designada “empresa-mãe” detenha o controlo legal sobre as suas “filiais”, estas são obrigadas a produzir demonstrações financeiras consolidadas.

Relativamente à estrutura das contas consolidadas, o artigo 16º define como documentos obrigatórios o *“balanço consolidado, a conta consolidada de ganhos e perdas e o anexo”*. (Europeia J. O., Diretiva 83/349/CEE, 1983)

Tal como na 4ª Diretiva, é dada uma importância fulcral às notas do anexo, devendo este incluir todas as situações relevantes para as empresas do perímetro de consolidação, incluindo *“os métodos de avaliação aplicados às rubricas (...); métodos de cálculo das correções de valor utilizados”, assim como a “denominação e sede das empresas compreendidas na consolidação”*. (Europeia J. O., Diretiva 83/349/CEE, 1983)

---

<sup>11</sup> Retirado do sítio: <http://www.iasplus.com/en/standards/ias/ias39>, acedido em 14 janeiro de 2014

<sup>12</sup> Diretiva 2013/34/UE

Por último, a Diretiva prevê ainda a realização de um relatório de gestão consolidado, incluindo informações relevantes sobre acontecimentos após data de balanço; evolução previsível do negócio; atividades de todas as empresas a nível de investigação e desenvolvimento e outro tipo de indicações, como o *“número e valor nominal (...) das ações ou partes da empresa-mãe detidas por empresas filiais”*. (Europeia J. O., Diretiva 83/349/CEE, 1983)

### **1.5 - A Diretiva 84/253/CEE de 10 de abril de 1984**

Este documento também designado por 8ª Diretiva, foi uma das principais orientações a nível da auditoria.

Após a definição clara da forma como a contabilidade se deveria aplicar ao nível das contas individuais e consolidadas, através das Diretivas anteriores, esta disposição veio clarificar a necessidade de as sociedades serem *“fiscalizadas por uma ou mais pessoas habilitadas para essa fiscalização”* (Europeias, 1984)

Desta forma, existia a necessidade de harmonizar as práticas de auditoria em todos os Estados-Membros, garantindo que os mesmos possuíam os conhecimentos necessários, quer a nível prático, quer teórico, para procederem à fiscalização dessas mesmas entidades.

Assim, esta Diretiva veio regular a atividade dos revisores oficiais de contas, que operavam, quer a nível particular, que organizados em sociedades de revisores.

Desta forma, padronizou-se as características que são fundamentais para o desempenho da profissão de revisor, passando a ser necessária a realização de provas para aptidão profissional dos auditores.

Em suma, esta Diretiva teve como principal objetivo harmonizar a atuação dos auditores e revisores oficiais de contas de todos os países da União Europeia, de forma a garantir que os princípios da competência e da idoneidade estavam sempre garantidos.

Esta Diretiva seria alterada mais tarde através da Diretiva 2006/43/CE, como forma de obrigar as empresas a harmonizar e a exigir requisitos mais fiáveis na escolha dos responsáveis pela revisão de contas.

Assim, a Diretiva pretendia aumentar a transparência nas atividades de revisão de contas, obrigando à divulgação de honorários pagos a empresas de auditoria, e também de valores pagos a revisores que não se enquadrassem em serviços de revisão oficial de contas.<sup>13</sup>

## **1.6 - O caso Português**

### **1.6.1 - Enquadramento Nacional no Contexto Europeu**

Portugal aderiu à Comunidade Económica Europeia em 1986, juntamente com Espanha.

Até aqui, a contabilidade em Portugal tinha como principal normativo o Plano Oficial de Contabilidade (POC) publicado em 1977.<sup>14</sup>

Este Plano foi considerado o “motor de arranque” para a normalização contabilística em Portugal, já que regulamentou, pela primeira vez a forma de como realizar e reportar a informação financeira, tendo sido criado devido à criação da CNC (Comissão de Normalização Contabilística) através do despacho de 27 de fevereiro de 1975.

Ainda assim, este documento necessitou de ser atualizado em 1989, como forma de se adaptar à transposição da Quarta e da 7ª Diretiva para o panorama legislativo português.

A 4ª Diretiva, que versava sobre a estrutura e conteúdo das contas anuais e do relatório de gestão provocou a alteração dos dois primeiros capítulos do POC, sendo que a 7ª Diretiva, relativa a contas consolidadas, além de alterar o POC, foi também responsável pela alteração do Código das Sociedades Comerciais e do Registo Comercial.

### **1.6.2 - O POC/89**

O Decreto-Lei 410/89 de 21 novembro revoga o POC/77 e introduz também grandes diferenças ao nível dos princípios contabilísticos geralmente aceites, como forma de demonstrar a harmonização contabilística com os restantes países da Comunidade.

*“Esta adaptação às normas da 4ª Diretiva, não representou uma grande modificação em relação à versão anterior, a não ser no que se refere à informação de que as empresas devem apresentar no anexo ao balanço e à demonstração de resultados e quanto à*

---

<sup>13</sup> Diretiva 2006/43/CE de 17 de maio de 2006

<sup>14</sup> Decreto-Lei 47/77 de 7 de fevereiro

*ordenação das contas no balanço. (...) A prática contabilística não se viu muito afetada por esta versão". (Ferreira & Regojo, 1996)*

O POC acabaria por ser novamente alterado em 1991, por forma a abarcar as alterações previstas pela aplicação da 7.<sup>a</sup> Diretiva relativa a consolidação de contas.<sup>15</sup>

As principais diferenças ao nível dos princípios contabilísticos surgiam com o aparecimento da “especialização ou acréscimo” que prevalecia agora sobre a efetivação das operações prevista no POC/77.” *Os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.”* (Guimarães, 2011)

Além disto, foi inserida a figura do princípio da prudência, que não era reconhecido no POC anterior. *“É possível integrar nas contas um grau de precaução ao fazer as estimativas exigidas em condições de incerteza sem, contudo, permitir a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas ou a deliberada quantificação de ativos e proveitos por defeito ou de passivos e custos por excesso. Devem também ser reconhecidas todas as responsabilidades incorridas no período em causa ou num período anterior, mesmo que tais responsabilidades apenas se tornem patentes entre a data a que se reporta o balanço e a data em que este é elaborado”* (Guimarães, 2011) enquanto o princípio do conservadorismos apenas reconhecia que a Contabilidade deveria registar todas as perdas de valor e não atender a ganhos potenciais.

Além destas alterações de fundo, a CNC iniciou o processo de emissão de Diretrizes Contabilísticas (DC), que *“tratavam de forma autónoma determinados temas considerados relevantes no contexto nacional e que foram o meio utilizado para a normalização contabilística portuguesa acompanhar as tendências contabilísticas internacionais.”* (Rodrigues & Guerreiro, 2004, p. 93)

Com o avançar da década de 90, a União Europeia definiu uma estratégia de aproximação ao IASB.

---

<sup>15</sup> Decreto-Lei 238/91 de 2 julho

Para acompanhar essa tendência, em Portugal surge a Diretriz Contabilística 18/97 onde constavam os Princípios das Demonstrações Financeiras e os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites.

*“O uso dos Principais Princípios Contabilísticos deve-se subordinar à seguinte hierarquia: i) os constantes do Plano Oficial de Contabilidade; ii) as constantes das Diretrizes Contabilísticas; iii) os divulgados nas normas internacionais de Contabilidade do IASC”.*<sup>16</sup>

A aplicação das DC acabou por se tornar obrigatória aquando da publicação do Decreto-Lei N.º367/99 de 18 de setembro.

Desta forma, podemos considerar que Portugal tentou, durante todo esse tempo, acompanhar da forma possível a estratégia de normalização europeia.

### **1.6.3 - O Sistema de Normalização Contabilística (SNC)**

Em 2010, surge outra grande mudança ao nível da contabilidade em Portugal. O Sistema de Normalização Contabilística entra em vigor a 01 de janeiro de 2010<sup>17</sup> e traz grandes mudanças ao nível da contabilidade em Portugal, perseguindo a senda de normalização contabilística que a União Europeia tinha vindo a encetar.

Em primeiro lugar, os princípios contabilísticos dão origem à “Estrutura Concetual” que por sua vez se divide em pressupostos subjacentes e características qualitativas da informação financeira.

Por outro lado, pretende-se harmonizar a informação financeira, dividindo as entidades em várias tipificações: entidades com valores mobiliários cotados, pequenas entidades; outras, etc, sendo que para cada uma delas o normativo a seguir é diferente: um modelo geral com 28 Normas Contabilísticas de Relato Financeiro; um modelo para pequenas e outro modelo para micro entidades. O regime das micro entidades ficou definido no Decreto-Lei 36-A/2011 de 03 de março, que entrou em vigor para o exercício de 2012.

Este modelo de Sistema de Normalização Contabilística é baseado em princípios e garante a aderência às normas do *International Accounting Standards Board (IASB)* e a compatibilidade com as Diretivas comunitárias.

---

<sup>16</sup> Diretriz Contabilística 18/97

<sup>17</sup> Decreto-Lei 158/2009 de 13 de julho

Apesar de todas as mudanças ao nível de mensuração, reconhecimento e divulgação da informação financeira, o Sistema de Normalização Contabilística está a funcionar plenamente em Portugal e é o expoente máximo em termos de normalização contabilística para as empresas.

#### **1.6.4 - A Diretiva 2013/34/UE**

Em 2008, o Parlamento Europeu adotou uma resolução não legislativa, sugerindo o reexame das Diretivas Contabilísticas para avaliar de que forma era possível proceder a essa redução do peso administrativo nas entidades de pequena dimensão, contribuindo assim para uma maior flexibilidade e maleabilidade das mesmas. No “*A Small Business Act for Europe*” (Europeia U. , Think Small First - A Small Business Act for Europe, 2014), é reconhecido o papel fulcral das pequenas e médias empresas na economia atual e da necessidade de desonerar estas entidades.

A Diretiva 2013/34/UE, como todas as Diretivas Comunitárias, deve ser transposta em cada Estado-Membro, tendo em consideração que a Diretiva propõe várias opções que têm que ser escolhidas por cada país.

Essa transposição deve ser efetuada até 20 de julho de 2015, tal como é referido no documento, e em Portugal, a entidade responsável por esse trabalho é a Comissão de Normalização Contabilística (CNC), que até ao momento da realização deste trabalho (setembro de 14) ainda não estava na posse de documentos oficiais acerca deste tema, tendo apenas documentação de trabalho preparatório.

No seu plano de atividades para 2014<sup>18</sup>, a CNC definiu que durante este ano, é expectável que concluam o trabalho de transposição dos normativos para submeter a consulta pública. Por outro lado, compromete-se a manter a sua disponibilidade para a resposta a questões técnicas e dúvidas habituais num processo de adaptação a um novo normativo.

---

<sup>18</sup> Retirado de [http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/relatorios\\_planos/PA2014\\_Final\\_Assinado.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/relatorios_planos/PA2014_Final_Assinado.pdf) acessado em 30 de setembro de 2014.



## **Capítulo II - Nova Diretiva da Contabilidade- Principais diferenças e semelhanças com o Normativo Anterior**

Esta segunda fase do meu trabalho consiste na análise das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, assim como de outra legislação ou documentação considerada relevante. O objetivo consiste na identificação de pontos semelhante e/ou diferenças com a Diretiva 2013/34/UE. No capítulo seguinte será apresentado um caso prático com um Balanço e Demonstração de Resultados mostrando as principais diferenças entre ambos os paradigmas.

### **2.1 - A aprovação da Diretiva 2013/34/UE e os seus objetivos**

A Diretiva da Contabilidade foi aprovada em 29 de junho de 2013, mas a sua transposição para os ordenamentos jurídicos nacionais ocorrerá até 20 de julho de 2015 para que a mesma entre em vigor a 1 de janeiro de 2016. O principal objetivo é a *“eliminação da burocracia e a melhoria do quadro regulamentar para as PME”*. (Europeia J. O., Diretiva 2013/34/UE, 2013)

Como já foi dito anteriormente, este documento caracteriza-se pela tentativa de simplificação da contabilidade e dos gastos administrativos. Aliás, estes eram já os pressupostos admitidos pela União Europeia na “Estratégia Europa 2020”<sup>19</sup>, que defendia um crescimento inteligente, sustentável e agregador com vista à redução dos encargos administrativos e à melhoria do ambiente empresarial. Para o sucesso desta estratégia, contribuem em larga escala as pequenas e médias empresas, que vêm neste documento uma oportunidade de promover a sua internacionalização.

Contudo, sendo uma Diretiva comunitária, dá também maior margem de manobra a cada país para adotar ou não certas disposições do documento. No total, o documento contém mais de 90 opções concedidas aos Estados-Membros.

Sendo uma disposição relativamente recente, é expectável que os Estados-Membros iniciem agora uma análise mais aprofundada das mudanças e que realizem as opções que são permitidas tomar.

A Diretiva 2013/34/UE tem como principal objetivo a diminuição da burocracia inerente a muitas empresas, principalmente de menor dimensão.

Sendo assim, os pressupostos da Diretiva incluem respeitar *“simultaneamente os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, assegurando que os encargos*

---

<sup>19</sup> [http://ec.europa.eu/europe2020/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/europe2020/index_pt.htm)- apresentada a 03 de março de 2010 pela Comissão Europeia

*administrativos sejam proporcionais aos benefícios que pretendem obter”.*<sup>20</sup> (Europeia J. O., Diretiva 2013/34/UE, 2013)

Em 2008, o Parlamento Europeu tinha sugerido através de uma resolução não legislativa, em que as diretrizes contabilísticas não onerassem demasiado as entidades de menor dimensão, libertando-as de algumas obrigações.

Por outro lado, a própria Diretiva defende a existência de um equilíbrio entre “ *os interesses dos destinatários das demonstrações financeiras e o interesse das empresas em não serem devidamente sobrecarregadas com requisitos de divulgação.*” (Europeia J. O., Diretiva 2013/34/UE, 2013).

Ainda relativamente a este assunto a diretiva vai mais longe no parágrafo 4:

*“As demonstrações financeiras anuais têm objetivos diversos e não se limitam a facultar informações aos investidores dos mercados de capitais, servem também para dar conta de transações anteriores e para melhorar a governação empresarial. A legislação contabilística da União precisa de encontrar um equilíbrio adequado entre os interesses dos destinatários das demonstrações financeiras e o interesse das empresas em não serem indevidamente sobrecarregadas com requisitos de divulgação.”*

Apesar de promover a simplificação e desburocratização dos processos nas empresas mais pequenas, a verdade é que também inúmeras opções a serem tomadas pelos Estados-Membros, afastando de alguma forma a possibilidade de Harmonização Contabilística Europeia. As vastas opções que podem ser tomadas distanciam os Estados-Membros uns dos outros, provocando diferenças e fossos mais difíceis de conciliar e harmonizar.

## **2.2 - Categorias de Empresas e de Grupos**

Uma das principais diferenças entre a Diretiva da Contabilidade e o normativo anterior prende-se com a classificação das empresas e dos grupos de empresas, que é realizado de acordo com o critério de dimensão das mesmas.

Tal como no SNC, a Diretiva 2013/34/UE compreende três limites a serem analisados:

- Total de Balanço
- Volume de Negócios Líquido

---

<sup>20</sup> Posição do Parlamento Europeu de 12 junho de 2013 e decisão do Conselho de 20 de junho de 2013

- Número Médio de Empregados durante um ano.

A alteração prevista ao Decreto-lei 158/2009 de 13 de julho define claramente o significado do volume de negócios líquido<sup>21</sup>. Este indicador diz respeito à soma das vendas de bens e prestação de serviços, às quais deve ser retirado o valor dos descontos e abatimentos e ainda o IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) e outros impostos ligados ao volume de negócio.

Para as entidades serem incluídas em determinada categoria, é necessário que, à data do balanço, ultrapassem dois dos três limites referidos acima. (art.º 3º, n.º2) (Europeia J. O., Diretiva 2013/34/UE, 2013)

	<b>Norma</b>	<b>Total de Balanço</b>	<b>Volume de Negócios Líquido</b>	<b>N.º de Trabalhadores</b>
<b>Microempresas</b>	SNC <sup>22</sup>	€ 500.000	€ 500.000	5
	Diretiva	€ 350.000	€ 700.000	10
<b>Pequenas Empresas</b>	SNC <sup>23</sup>	€ 1.500.000	€ 3.000.000	50
	Diretiva	€ 4.000.000 / €6.000.000	€ 8.000.000 /€12.000.000	50
<b>Médias Empresas</b>	SNC	> € 1.500.000	> € 3.000.000	> 50
	Diretiva	Até € 20.000.000	Até € 40.000.000	Até 250
<b>Grandes Empresas</b>	SNC	> € 1.500.000	> € 3.000.000	> 50
	Diretiva	> € 20.000.000	> € 40.000.000	>250

**Tabela 1 - Limiares de classificação de empresas (elaboração própria)**

Relativamente às pequenas empresas, nota-se um grande afastamento relativamente ao disposto no Decreto- Lei 158/2009. Este decreto que aprova a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para pequenas entidades (NCRF -PE), define que, “apenas pode ser adotada, em alternativa ao restante normativo, pelas entidades, de entre as referidas no artigo 3.º e excluindo as situações dos artigos 4.º e 5.º, que não ultrapassem dois dos três limites seguintes, salvo quando por razões legais ou estatutárias tenham as suas demonstrações financeiras sujeitas a certificação legal de contas:

a) Total do balanço: € 500 000;

<sup>21</sup> Alínea g) do artigo 2º

<sup>22</sup> DL 36-A/2011 de 09 março

<sup>23</sup> DL 158/2009 de 13 julho

b) Total de vendas líquidas e outros rendimentos: € 1 000 000;

c) Número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 20.”  
(Contabilística, Decreto- Lei 158/2009, 2009)

Além da categorização das empresas, a nova Diretiva procede ainda à categorização dos grupos de empresas (artigo 3º número 5 a 7):

	<b>Pequenos Grupos</b>	<b>Médios Grupos</b>	<b>Grandes Grupos</b>
<b>Total de Balanço</b>	€ 4.000.000/ € 6.000.000	Até € 20.000.000	Excede € 20.000.000
<b>Volume de Negócios Líquido</b>	€ 8.000.000 / € 12.000.000	€ 40.000.000	€ 40.000.000
<b>Total de Empregados</b>	50	250	250

**Tabela 2 - Limiares de classificação de Grupos (elaboração própria)**

Os pequenos grupos são constituídos pela empresa mãe e pelas empresas filiais que sejam incluídas no perímetro de consolidação, e que, como a categorização das empresas, não excedam dois dos três limites indicados acima.

Em relação às pequenas entidades, a Diretiva faculta aos Estados-Membros a opção de escolha do limite mínimo que acham mais apropriado à realidade individual de cada país, dando apenas com diretrizes o limite máximo.

Por outro lado é regulamentado no mesmo artigo a forma como os limites são aplicados. Se, à data do Balanço, a entidade exceder ou deixar de exceder dois dos três limites impostos, estes factos apenas afetam a “*aplicação das derrogações previstas na (...) Diretiva se ocorrer em dois períodos consecutivos.*” (Europeia J. O., Diretiva 2013/34/UE, 2013)

Relativamente ao caso português, no que toca à categorização de empresas,<sup>24</sup> é ainda necessário aguardar pela definição dos limites mínimos a definir aquando da transposição da Diretiva, contudo, em relação aos pequenos grupos, é já expectável que fiquem dispensados de apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

<sup>24</sup> Tabela 1

### **2.3 - Disposições e Princípios Gerais**

Em termos de princípios e disposições gerais existem também algumas diferenças entre a Nova Diretiva e o SNC.

Em primeiro lugar, surgem logo discrepâncias relativamente às Demonstrações Financeiras exigidas às entidades. As principais diferenças dizem respeito à informação que é solicitada às micro e pequenas empresas, que é reduzida, com vista a atingir o objetivo de desburocratização empresarial.

No SNC, um conjunto completo de demonstrações financeiras compreende:<sup>25</sup>

- Balanço
- Demonstração de Resultados por Naturezas
- Demonstração Fluxos Caixa
- Demonstração de Alterações no Capital Próprio
- Anexo

Para as Micro e Pequenas empresas ficou definida a utilização de um modelo reduzido de Demonstração de Alterações no Capital Próprio e da Demonstração de Fluxos de Caixa.

A Diretiva 2013/34/UE prevê, tal como já foi referido anteriormente, processos de simplificação para as pequenas empresas, e na senda dessa simplificação e desburocratização dos processos, as demonstrações financeiras exigidas foram reduzidas.

Assim, as demonstrações financeiras necessárias são:<sup>26</sup>

- Balanço
- Demonstração de Resultados por Naturezas
- Notas ao Balanço

Esta definição não invalida que as entidades preparem e divulguem outras demonstrações financeiras que considerem importantes para a gestão da informação financeira que produzem.

Ainda assim, o próprio artigo prevê, que para as micro e pequenas empresas, os Estados-Membros não podem exigir mais demonstrações financeiras que as indicadas acima. No

---

<sup>25</sup> Artigo 11º DL 158/2009 de 13 julho que aprova o SNC

<sup>26</sup> Artigo 4º número 1 da Diretiva 2013/34/UE

entanto, no caso de um sistema de apresentação única, os Estados-Membros podem exigir divulgações adicionais, sempre que as mesmas estejam especificamente previstas na legislação nacional ou que sejam estritamente necessárias para efeitos de cobrança de impostos.

Relativamente a Portugal, espera-se que a Demonstração de Fluxos de Caixa não seja dispensada, na medida em que um dos objetivos da transposição será não provocar grandes mudanças no dia-a-dia empresarial, e, por outro lado, este mapa é um auxiliar bastante importante na gestão financeira e de tesouraria da maior parte das entidades.

### **2.3.1 - Imagem Verdadeira e Apropriada**

Um dos principais objetivos da Diretiva é garantir que as demonstrações financeiras mantenham a imagem verdadeira e apropriada (*True and fair view*) do ativo e passivo e da posição financeira da entidade e do seu desempenho (balanço e demonstração de resultados respetivamente). Também o normativo anterior (SNC) preconizava a figura da imagem verdadeira e apropriada. Na Estrutura Concetual (§46), é considerado que, embora o normativo não considere a imagem verdadeira e apropriada uma característica da informação financeira, é inerente que a aplicação do disposto no SNC garante uma imagem apropriada e fiável da posição financeira e do desempenho de uma entidade.

Ao invés, a Diretiva da Contabilidade considera que a aplicação das suas disposições pode levar a uma *“demonstração financeira que não dê uma tal imagem verdadeira e apropriada (...) sendo que as empresas não deverão aplicar essas disposições, e os Estados-Membros devem aplicar normas especiais aplicáveis nesses casos.”* (Europeia J. O., Diretiva 2013/34/UE, 2013).

## **2.4 - Características Qualitativas da Informação Financeira vs. Princípios**

### **Gerais de Relato Financeiro**

A Estrutura Concetual do SNC define que as Demonstrações Financeiras devem proporcionar informação acerca da Posição Financeira, Desempenho e Alterações à Posição Financeira que seja útil aos utentes para a tomada de decisão.

Assim, os §22 e §23<sup>27</sup> definem dois pressupostos essenciais: O princípio do Acréscimo e o princípio da Continuidade.

---

<sup>27</sup> Estrutura Concetual do SNC

O princípio do Acréscimo considera que os efeitos devem ser reconhecidos no momento em que a transação ocorre, independentemente do recebimento/pagamento.

Já o princípio da Continuidade está definido claramente na Estrutura Concetual: *“As demonstrações financeiras são normalmente preparadas no pressuposto de que uma entidade é uma entidade em continuidade e de que continuará a operar no futuro previsível. Daqui que seja assumido que a entidade não tem nem a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir drasticamente o nível das suas operações; se existir tal intenção ou necessidade, as demonstrações financeiras podem ter que ser preparadas segundo um regime diferente e, se assim for, o regime usado deve ser divulgado.”* (Contabilística, Ministério das Finanças, 2014)

Este princípio está considerado na Diretiva 2013/34/UE, como um Princípio Geral do Relato Financeiro (art.6º)

O SNC integra ainda várias **caraterísticas relevantes para a informação financeira**:

- Compreensibilidade (§25) – A informação financeira deve ser transmitida de forma compreensível para os utentes, para que estes possam tomar decisões fiáveis.
- Relevância (§26) – A informação deve ser relevante para se manter útil. A condição de relevância implica influenciar os utentes nas decisões que os mesmos têm que tomar e ajudá-los na avaliação dos acontecimentos passados, presentes ou futuros.
  - Um dos aspetos importantes da relevância está relacionado com a materialidade. A informação é material se “a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas dos utentes tomadas na base das demonstrações financeiras.” (Rodrigues J. , Sistema de Normalização Contabilística Explicado, 2012)
  - Outro aspeto que afeta a relevância da informação é a fiabilidade. A fiabilidade traduz-se na isenção de erros materiais e de preconceitos para que os utentes possam utilizá-la de forma fiável.
- Representação Fidedigna (§33) – Esta característica está diretamente relacionada com a fiabilidade, na medida em que para ser fiável, a informação tem que representar fidedignamente as transações e outros acontecimentos.



- Substância sobre a forma (§35) - O princípio da substância sobre a forma é considerado um dos princípios basilares no que toca à informação financeira, na medida em que define que as transações devem ser contabilizadas e apresentadas de acordo com a sua “substância e realidade económica e não meramente com a sua forma legal.” (Rodrigues J. , Sistema de Normalização Contabilística Explicado, 2012)
- Neutralidade (§36) – é mais uma característica da fiabilidade, e consiste na ausência de preconceitos no que toca à seleção ou apresentação da informação.
- Prudência (§37) – consiste em atribuir um grau de precaução nas estimativas realizadas durante a preparação das demonstrações financeiras. Este grau de precaução é necessário uma vez que, muitas vezes, durante a preparação da informação financeira, surgem inevitabilidades e incertezas que devem ser acauteladas. No POC, a prudência era um princípio essencial, sendo agora uma característica qualitativa.

Ainda assim, o princípio da prudência tem limites segundo o SNC. Não é permitida a criação de *“reservas ocultas ou provisões excessivas, a subavaliação de ativos ou de rendimentos ou a deliberada sobreavaliação de passivos ou de gastos”*. (Rodrigues J. , Sistema de Normalização Contabilística Explicado, 2012)

Na Nova Diretiva, a prudência volta a ser um princípio contabilístico.

- Plenitude (§38) - É também característica de fiabilidade. Para ser plena, a informação tem que ser completa.
- Comparabilidade (§39 a 42) – as demonstrações financeiras devem permitir efetuar comparações acerca da atividade de uma entidade ao longo do tempo. Por outro lado, é também importante para os utentes da informação, conseguir comparar diferentes entidades no mesmo período de tempo, nomeadamente no que toca ao desempenho financeiro e posição financeira das mesmas.

## **2.5 - Constrangimentos à Informação Relevante e Fiável (§43 a §45)**

Além das características da informação financeira, o SNC define ainda algumas características que podem impedir que a informação mantenha o princípio da relevância e da fiabilidade.

- Tempestividade (§43) – o momento em que é efetuado o relato da informação é crucial para que a mesma mantenha a relevância. Assim, por vezes, é necessário

que a informação seja divulgada antes de serem conhecidos todos os aspetos de um determinado ato. Contudo, a divulgação, sem a presença de todos os aspetos essenciais diminui a fiabilidade da informação. Ao invés, caso exista um compasso de espera entre o conhecimento de todos os factos e a divulgação dos mesmos, a informação pode perder relevância e qualidade e portanto já não ser útil para os utentes da mesma. Em suma, é necessário que exista um equilíbrio entre fiabilidade e relevância que permita uma maior satisfação dos interesses dos utentes da informação.

- Balanceamento entre custo e benefício (§44) – a fiabilidade da informação pode também ser afetada pela ponderação entre custo e benefício. Os benefícios proporcionados pela informação devem suplantar os custos incorridos para a obter, mas ao mesmo tempo, esses custos não são, na maior parte dos casos, suportados pelos utentes da própria informação.
- Balanceamento entre características qualitativas (§45) – Há que existir um balanceamento ou compromisso entre as diferentes características qualitativas de forma a manter os objetivos das demonstrações financeiras.

Na Diretiva da Contabilidade, são contemplados vários princípios gerais de relato financeiro.

- Continuidade - art.º6/1 a) Tal como no SNC, a Diretiva considera a continuidade, um dos princípios basilares na informação financeira. As entidades funcionam sempre no contexto de não desintegração, ou seja, no pressuposto que a atividade da mesma será mantida, “*a menos que o órgão de gestão pretenda liquidar ou cessar de negociar*”. (Contabilística, 2014)

O normativo português vai ainda mais longe do que está preconizado na Diretiva. O órgão de gestão deve ainda divulgar as incertezas materiais que possam lançar dúvidas acerca da continuidade da entidade. Estas incertezas são divulgadas no Relatório de Gestão e no Anexo às Demonstrações Financeiras.<sup>28</sup> Por outro lado, se as demonstrações financeiras não forem preparadas tendo em consideração este princípio, esse facto deve ser relatado, assim como os motivos para o mesmo não ser considerado.

---

<sup>28</sup> Artigo 65º e 66º Código das Sociedades Comerciais

- As políticas contabilísticas e as bases de mensuração são aplicadas consistentemente de um período para o outro. Uma entidade não pode alterar de forma indiscriminada as políticas contabilísticas utilizadas nem as bases de mensuração dos seus ativos e/ou passivos. A informação comparativa deve ser divulgada pela empresa com respeito a todas as quantias constantes nas Demonstrações Financeiras.
- Prudência (artigo 6º/1 c)) – Volta a ser um princípio contabilístico. No SNC era considerado uma característica qualitativa da informação financeira, ainda assim pressupões que o reconhecimento e a mensuração atendam a um grau de precaução razoável.

Dentro do princípio da prudência, são consideradas algumas particularidades:

- Os lucros realizados só podem ser reconhecidos à data de balanço;
  - As responsabilidades ocorridas no período ou durante o período anterior devem ser reconhecidas, mesmo que as mesmas só sejam patentes à data de balanço ou à data de elaboração do mesmo (posterior)
  - Os ajustamentos em sentido negativo são igualmente reconhecidos no período, independentemente do resultado positivo ou negativo da entidade.<sup>29</sup>
- Acréscimo (art.º6/1 alínea d) - idêntico ao preconizado no SNC.  
O regime do acréscimo ou da periodização económica é, como já foi referido, um dos mais importantes na contabilidade. Assim, as entidades devem utilizar o regime do acréscimo (e não o regime de caixa) para o reconhecimento das suas transações. Desta forma, devem reconhecer os ativos, passivos, gastos e rendimentos no momento em que ocorrem, independentemente do seu recebimento ou pagamento (regime de caixa).
  - Correspondência entre saldos - Igualdade entre balanço de abertura e balanço de encerramento – este princípio não estava definido no anterior paradigma. Aliás, esta situação põe em causa a aplicação retrospectiva prevista na NCRF 4 (Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas contabilísticas e erros) “*quer quanto a uma alteração na política contabilística quer a reexpressão retrospectiva quanto à correção do reconhecimento, mensuração e divulgação das quantias de elementos*

---

<sup>29</sup> Redação do artigo 6.º número 1 alínea c) da Diretiva 2013/34/UE

*das demonstrações financeiras como se um erro de períodos anteriores nunca tivesse ocorrido.” (Silva, 2014)*

- Valorização separada dos elementos do ativo e do passivo.
- Não compensação – Não é possível compensar rubricas do ativo e passivo nem gastos e rendimentos.
- Substância sobre a forma – tal como no SNC, a substância da operação prevalece sobre a forma.
- Mensuração através do custo de aquisição ou de produção.

O custo de aquisição, segundo o SNC, é o preço a pagar mais as despesas acessórias, subtraídas das reduções acessórias.

O custo de produção, por sua vez, diz respeito ao custo das matérias-primas e dos consumíveis e dos custos diretamente atribuíveis, aos custos fixos e variáveis. Não podem ser aqui incluídos os custos de distribuição.

Além da mensuração pelo custo de aquisição ou custo de Produção, a Diretiva prevê ajustamentos de valor, que devem ser tomados em consideração sempre que hajam alterações significativas ao valor mensurado do Ativo.

- Materialidade e Agregação – em comum com o normativo anterior, os requisitos definidos na Diretiva só devem ser aplicados quando o seu efeito for considerado material.

Cada classe considerada material deve ser apresentada de forma separada nas demonstrações financeiras. É considerado que as omissões ou incorreções de itens materiais podem afetar as decisões económicas e as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade depende normalmente da dimensão e da natureza da omissão ou erro. (Costa, 2010)

Ainda assim, de acordo com “*o princípio da materialidade não deverá afetar nenhuma obrigação nacional de manter registos completos das suas operações que reflitam a sua posição financeira*”. (Europeia J. O., Diretiva 2013/34/UE, 2013)

Vejamos agora, de forma resumida as principais diferenças entre princípios dos dois paradigmas:

Diretiva	SNC
<b>Princípios Gerais Relato Financeiro</b>	
<b>Acréscimo</b>	Acréscimo
<b>Continuidade</b>	Continuidade
<b>Aplicação Consistente das políticas contabilísticas e das bases de mensuração</b>	
<b>Correspondência entre Saldos</b>	
<b>Valorização Separada do Ativo e Passivo</b>	
<b>Não compensação</b>	
<b>Materialidade e Agregação</b>	
<b>Mensuração de acordo com custo de Aquisição ou Produção</b>	
<b>Características Qualitativas da Informação Financeira</b>	
	Compreensibilidade
	Relevância
	Materialidade
	Fiabilidade
	Representação Fidedigna
<b>Substância Sobre a Forma (Princípio Geral Relato Financeiro)</b>	Substância Sobre a Forma
	Neutralidade
<b>Prudência (Princípio Geral Relato Financeiro)</b>	Prudência
	Plenitude
	Comparabilidade
<b>Constrangimentos à Informação Relevante e Fiável</b>	
	Tempestividade
	Balanceamento entre Custo e Benefício
	Balanceamento entre Características Qualitativas

Tabela 3- Diferenças entre Princípios Contabilísticos- Elaboração Própria

## 2.6 - Exceções à aplicação dos princípios gerais de relato financeiro

A Diretiva permite em alguns pontos a não adoção na totalidade ou em parte, das disposições atrás referidas.

A não compensação entre rubricas do ativo e do passivo pode ser revogada pelos Estados-Membros.<sup>30</sup> Essa compensação passa a ser possível desde que os montantes compensados sejam apresentados, no seu valor bruto, nas notas às demonstrações financeiras, com a respetiva justificação.

<sup>30</sup> Artigo 6.º número 2 Diretiva 2013/34/UE

O princípio da substância sobre a forma que, atualmente, é um dos princípios basilares do normativo contabilístico português, pode ser dispensado em algumas empresas, de acordo com a vontade dos Estados-Membros.<sup>31</sup> A eventual derrogação deste princípio pode acarretar consequências graves na qualidade da informação financeira apresentada.

A materialidade pode também, de acordo com o artigo 6º n.º 4 da Diretiva, ser apenas considerada nas apresentações e divulgações, não sendo necessário portanto a sua aplicação na fase da mensuração e reconhecimento dos ativos e passivos.

Por último, a Diretiva dá ainda opção aos Estados-Membros no que toca ao reconhecimento de perdas, de *“autorizar ou exigir o reconhecimento de todas as responsabilidades previsíveis e perdas potenciais ocorridas durante o período (...) mesmo que tais responsabilidades e perdas apenas se tornem patentes entre a data do balanço e a data em que é elaborado.”* (Europeia J. O., Diretiva 2013/34/UE, 2013)

## **2.7 - Bases de Mensuração**

Na Estrutura Concetual do SNC, são apresentadas como bases de mensuração o custo histórico, custo corrente, valor realizável, valor presente e justo valor.

Embora, na Estrutura Concetual do IASB não valorize o justo valor, no SNC é uma base bastante usada.

O custo histórico diz respeito ao valor pago pela entidade no momento da aquisição ou construção de determinado ativo, no momento de reconhecimento inicial.

Na valorização pelo custo corrente, o ativo é valorizado pelo valor de caixa que seria necessário despendar no momento corrente. Por outro lado uma base de mensuração muito utilizada é a do valor realizável líquido que é indicada em várias NCRF's como a mais indicada para valorização dos ativos.

O valor realizável líquido é *“o preço estimado de venda de um ativo no decurso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para o completar e dos custos estimados para realizar a venda.”* (Rodrigues J. , Sistema de Normalização Contabilística Explicado, 2012)

---

<sup>31</sup> Artigo 6.º número 3 Diretiva 2013/34/UE

Na perspetiva do valor presente (atual), *“os ativos são escriturados pelo valor presente descontado dos futuros influxos líquidos de caixa que se espera que o item gere no decurso normal dos negócios, (...) os passivos são escriturados pelo valor presente descontado dos futuros exfluxos líquidos de caixa que se espera que sejam necessários para liquidar os passivos no decurso normal do negócio.”* (Rodrigues J. , Sistema de Normalização Contabilística Explicado, 2012)

O justo valor é uma das premissas mais importantes do SNC. Segundo a Estrutura Concetual, diz respeito *“à quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas.”* (Rodrigues J. , Sistema de Normalização Contabilística Explicado, 2012)

No que toca à Diretiva 2013/34/UE, são consideradas duas bases de mensuração essenciais: o custo de aquisição ou de produção.<sup>32</sup> Ao contrário do SNC, que considerava como critério base o custo histórico, a Diretiva permite agora que as Demonstrações Financeiras sejam mensuradas ao custo de aquisição ou custo de produção, como forma de garantir a fiabilidade das informações contidas nas mesmas.

Ainda assim, os artigos seguintes apresentam bases de mensuração alternativas, que os Estados-Membros podem autorizar ou exigir às empresas.

Uma das bases de mensuração alternativa diz respeito à mensuração dos ativos fixos pelas quantias revalorizadas. Contudo, os Estados-Membros é que definem os limites e regras de aplicação no caso de existirem ativos a ser mensurados pelo método de revalorização. Este método de revalorização é uma exceção e aplica-se apenas aos ativos fixos.

*“O montante da diferença entre a mensuração (...) pelo custo de aquisição ou (...) com base na revalorização deve ser inscrito na rubrica de capital e reservas.”* (Europeia J. O., Diretiva 2013/34/UE, 2013)

Esse excedente de revalorização, que é colocado no capital próprio, pode, a qualquer momento, ser capitalizado, em todo ou em parte, e é reduzido quando os montantes que fazem parte do excedente de revalorização deixam de ser necessários para a contabilização.

---

<sup>32</sup> Artigo 6º número 1 i)

Outra base de mensuração contemplada na Diretiva diz respeito à mensuração pelo justo valor (artigo 8.º Diretiva 2013/34/UE).

A mensuração pelo justo valor está autorizada a todas as categorias de empresas e grupos e aplica-se aos instrumentos financeiros, incluindo derivados, contudo, esta autorização pode ser circunscrita às demonstrações financeiras consolidadas.

A determinação do justo valor pode ser realizada de duas formas distintas, tendo em conta se é possível identificar um mercado fiável para esse ativo.

No caso dos instrumentos financeiros para os quais pode ser identificado um mercado fiável, o justo valor é o valor de mercado.

Caso não seja razoável a identificação de um mercado fiável, o justo valor do instrumento financeiro deve ser determinado com recurso a “modelos e técnicas de avaliação”<sup>33</sup> que se aproximem do valor de mercado.

Em última análise, caso a identificação do justo valor não seja possível, os instrumentos financeiros devem ser mensurados pelo custo de aquisição ou custo de produção. Em todo o caso, o justo valor pode ser adotado por todas as empresas, com a exceção das micro empresas (artigo 7.º Diretiva).

## **2.8 - Diferenças e Semelhanças nas Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) relativamente à Diretiva 2013/34/UE**

A Diretiva 2013/34/UE não prevê diretamente alterações às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, mas sim a alguns princípios e métodos utilizados atualmente.

As considerações que se seguem são portanto a comparação efetuada por mim entre o que está preconizado no paradigma atual e o que se pressupõe que seja implementado no futuro.

### **2.8.1 NCRF 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras**

A primeira norma do SNC foi baseada na IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras, e trata da estrutura e conteúdo das Demonstrações Financeiras. (Europeia J. O., Regulamento (CE) 1126/2008, 2008)

---

<sup>33</sup> Artigo 8º, número 7 alínea b) Diretiva 2013/34/UE



De acordo com o exposto no SNC, as Demonstrações Financeiras devem ser apresentadas pelo menos numa base anual, sendo que a necessidade de fazer divulgações, mais curtas ou mais longas devem ser acompanhadas da respetiva explicação.

A Diretiva da Contabilidade, por sua vez, vai mais longe e especifica também que a estrutura das demonstrações financeiras não deve ser alterada de um ano para o outro. Ainda assim, dá a possibilidade aos Estados-Membros de realizarem derrogações a este princípio, caso seja necessário para manter a imagem verdadeira e apropriada dos elementos do ativo e passivo, da posição financeira e dos resultados da entidade.<sup>34</sup>

- **Balanço**

A Diretiva apresenta dois modelos de Balanço<sup>35</sup>: o modelo vertical e o modelo horizontal. Os Estados-Membros escolhem qual a estrutura que pretendem, contudo podem ainda prescrever ambas as estruturas e nesse caso devem autorizar as empresas a escolher uma delas.

É ainda possível, segundo o artigo 11º da Diretiva 2013/34/UE que os Estados-Membros autorizem ou exijam, para cada categoria de empresas, a apresentação dos elementos com distinção entre correntes e não correntes.

#### Resumo das Estruturas de Balanço

O Sistema de Normalização Contabilística previa apenas como modelo de Balanço o modelo vertical, podendo apenas ser utilizado em alternativa o Balanço em modelo reduzido para as pequenas empresas.

Segundo o SNC, as entidades devem distinguir entre ativos e passivos correntes e não correntes. O critério para a diferenciação diz respeito ao prazo em que os ativos e passivos estão na entidade: até doze meses da data de balanço são correntes, após doze meses da data de balanço são não correntes.

No Capital Próprio deve figurar o Capital Realizado, isto é, é o valor do capital subscrito deduzido do respetivo valor que constar na conta dos Acionistas com subscrição.

---

<sup>34</sup> Artigo 9.º Diretiva 2013/34/UE

<sup>35</sup> Modelos em Anexo

Na Diretiva a principal diferença prende-se com o facto de o Capital subscrito mas não realizado passar a figurar no Ativo, sendo que no Capital Próprio fica apenas o capital social subscrito. Como veremos mais à frente, esta alteração não é condizente com o preconizado na NCRF 27.

Outra diferença importante prende-se com as despesas de constituição, que segundo a Diretiva poderão ser capitalizadas e portanto amortizadas, tendo que figurar no Ativo.

A Diretiva propõe ainda a possibilidade de as entidades optarem pela estrutura horizontal em que o Ativo se apresenta do lado esquerdo e o Capital Próprio e Passivo do lado direito.

- **Demonstração Resultados**

No Sistema de Normalização Contabilística, a Demonstração de Resultados pode assumir duas vertentes: por Natureza de Gastos ou por Funções.

A Demonstração de Resultados por Naturezas faz parte do conjunto obrigatório de demonstrações financeiras que deve ser divulgado anualmente.<sup>36</sup>, sendo que a Demonstração de Resultados por Funções é opcional.<sup>37</sup>

A Diretiva propõe uma Demonstração de Resultados por natureza dos gastos em muito semelhante à Demonstração de Resultados proposta pelo anterior normativo.

Ainda assim, a Diretiva permite aos Estados-Membros que autorizem ou exijam a apresentação de uma demonstração do seu desempenho diferente da Demonstração de Resultados nos termos apresentados nos Anexos. A forma e o conteúdo desta nova demonstração ainda não são conhecidos. É provável que no trabalho de transposição, a CNC apresente o seu próprio modelo para as entidades portuguesas.

Uma das maiores diferenças em termos da divulgação do desempenho das entidades, prende-se com a simplificação que é permitida às pequenas e médias empresas, que passam a ter que apresentar modelos sintéticos de Demonstrações de Resultados.

- **Notas às Demonstrações Financeiras**

---

<sup>36</sup> Artigo 11º número 1 alínea b) do Decreto-Lei n.º158/2009 de 13 julho que instituiu o Sistema de Normalização Contabilística

<sup>37</sup> Número 3 do artigo 11º do Decreto-Lei n.º158/2009 de 13 julho

No SNC, a NCRF 1, requer que as notas às Demonstrações Financeiras se apresentem em três níveis:

Nível 1- Informação sobre as bases de preparação e políticas contabilísticas

Nível 2 – Informação relevante que não está devidamente explicada nos mapas oficiais

Nível 3 – Prestar informação complementar acerca das rubricas de balanço, demonstração de resultados ou demonstração de alterações no capital próprio, que facilite a compreensão da informação financeira.

Tal como no paradigma anterior, as Demonstrações Financeiras devem ser acompanhadas de Notas. A Diretiva apenas define quais as que são de apresentação obrigatória.<sup>38</sup>

Em geral, as Notas servem para explicar o que não pode ser exprimido nas demonstrações principais. Devem ser exemplificadas as políticas contabilísticas, os critérios de mensuração utilizados, acompanhados da devida explicação dos mesmos.

No caso das pequenas e médias empresas, os Estados-Membros não podem exigir mais notas do que as específicas do artigo 16º da Diretiva,<sup>39</sup> portanto espera-se que o anexo seja abolido para estas empresas.

### **2.8.2 NCRF 2 - Demonstração Fluxos Caixa**

O SNC considera a Demonstração dos Fluxos de Caixa um dos elementos fundamentais para um conjunto completo de demonstrações financeiras, aliás, como vimos anteriormente é uma das demonstrações obrigatórias.

O objetivo da Demonstração dos Fluxos de Caixa é, segundo a NCRF2, exigir a informação acerca das alterações da rubrica de caixa e equivalentes de caixa, caracterizando os fluxos financeiros em operacionais, de investimento e de financiamento.

As atividades de investimento dizem respeito a movimentos de aquisição e alienação de ativos de longo prazo e outros investimentos realizados pela entidade.

As atividades de financiamento são as que têm como *“consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio contribuído e nos empréstimos obtidos pela entidade”* (CNC, Norma Contabilística e de Relato Financeiro 2, 2014).

---

<sup>38</sup> Artigo 16º Diretiva

<sup>39</sup> Extrato da Diretiva com as notas específicas em anexo

As atividades operacionais são as principais produtoras de rédito da entidade e não se enquadram em nenhuma das atividades acima referidas.

Um dos maiores benefícios da existência de uma demonstração de fluxos de caixa prende-se com o facto de proporcionar aos utentes da informação financeira a possibilidade de determinar qual o impacto que as mesmas têm na posição financeira e no desempenho de determinada entidade, e comparar entidades idênticas entre si.

Dentro das análises que são possíveis numa demonstração de Fluxos de Caixa, uma bastante relevante é a avaliação se determinada empresa detém fluxos de caixa suficientes para suprir as necessidades prementes e operacionais.

As atividades operacionais compreendem as seguintes operações:

- Recebimentos provenientes de venda de bens e prestação serviços
- Recebimentos de royalties
- Pagamentos de Caixa a Fornecedores
- Pagamentos por Caixa a colaboradores
- Pagamentos/Recebimentos de restituições de impostos
- Pagamentos/Recebimentos relativos a contratos detidos com a finalidade de negócio<sup>40</sup>

As atividades de investimento permitem às entidades verificar qual a extensão pela qual as suas saídas podem gerar fluxos positivos.

As atividades de investimento são compostas por<sup>41</sup> recebimentos e pagamentos relacionados principalmente com ativos fixos e com instrumentos de capital próprio.

Em relação às atividades de financiamento, a análise das mesmas é importante na medida em que permite avaliar os fluxos de caixa de fornecedores de Capital.

As atividades de investimento resultam de:

- Recebimento de caixa proveniente da emissão de ações ou outros instrumentos de capital próprio

---

<sup>40</sup> Redação da alínea f do ponto 10 da Norma Contabilística de Relato Financeiro 2

<sup>41</sup> Redação completa no ponto 12 da Norma Contabilística de Relato Financeiro 2

- Pagamentos de caixa por aquisição de ações ou outros instrumentos de capital próprio.
- Recebimentos provenientes de emissão de certificados de dívida, empréstimos, livranças, hipotecas entre outros.

Em termos de relato, o SNC define que os fluxos de caixa das atividades definidas anteriormente podem ser divulgados numa base líquida.

Sendo a simplificação um dos princípios basilares da Diretiva da Contabilidade, a Demonstração dos Fluxos de Caixa é ignorada no que toca às demonstrações financeiras que devem ser apresentadas anualmente pelas entidades.

Segundo o artigo 4.º da Diretiva, as demonstrações financeiras compreendidas para todas as empresas são o Balanço, a Demonstração de Resultados e as Notas às Demonstrações Financeiras.

Em nenhum local da Diretiva é referida a necessidade ou a obrigatoriedade de preparar e apresentar a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Aliás, para as denominadas “micro e pequenas empresas” (ver quadro da classificação empresarial segundo a Diretiva), os Estados-Membros não podem exigir a divulgação de mais nenhuma demonstração financeira que não seja as indicadas no parágrafo acima.

Ainda relativamente a este assunto, a Diretiva informa que os Estados-Membros só podem exigir mais informação ou demonstrações adicionais com o fim único de cobrança de impostos, o que no caso da Demonstração de Fluxos de Caixa não se aplica.

O único local onde é feita referência aos fluxos de caixa é na informação acerca das notas às demonstrações financeiras e no relatório de gestão (artigo 16º e artigo 19º).

Estas referências são feitas essencialmente no que toca aos fluxos de caixa que advêm dos instrumentos financeiros. As entidades devem divulgar nas Notas informações acerca do volume e da natureza dos seus instrumentos financeiros derivados, assim como as *“principais modalidades e condições que possam afetar o montante, calendário e o grau de certeza dos fluxos de caixa futuros”*. (Europeia J. O., Diretiva 2013/34/UE, 2013)

Como já referi anteriormente, é expectável que, no caso Português, a Demonstração de Fluxos de Caixa continue a ser necessária, e por isso obrigatória, com exceção das entidades consideradas micro e pequenas empresas e os pequenos grupos.

Esta afirmação decorre da preocupação por parte da Comissão de Normalização Contabilística em continuar o processo de normalização que foi iniciado com o Sistema de Normalização Contabilística, e por isso, reduzir o máximo possível as mudanças em relação ao paradigma anterior.

Por outro lado, é de salientar que a Demonstração de Fluxos de Caixa é considerada fulcral na gestão de tesouraria a curto e médio prazo, sendo por isso um instrumento bastante útil, não só para apresentação por imperativos legais, mas também para a própria prossecução dos negócios de uma entidade.

### **2.8.3 NCRF 5 - Divulgação de Partes Relacionadas**

Esta NCRF tem como objetivo chamar a atenção para o facto de as demonstrações financeiras de uma determinada entidade poderem ser afetadas pela existência de partes relacionadas ou por transações e saldos pendentes com as mesmas.

Durante as atividades de negócios nas empresas, é normal que estas se relacionem com partes relacionadas, nomeadamente através de empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e empresas associadas. Estas relações afetam na maior parte das vezes a posição financeira e o desempenho da entidade na medida em que é necessário ter em conta na maior parte das vezes o controlo, controlo conjunto ou influência significativa, que afetam as políticas financeiras e operacionais das empresas.

#### Controlo, controlo conjunto e influência significativa

Em primeiro lugar, há que saber distinguir controlo, controlo conjunto e influência significativa para que possamos discernir qual a relação existente entre as empresas.

O controlo é segundo a NCRF 5, *“o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma.”* (Contabilística, Ministério das Finanças, 2014).

Já o controlo conjunto diz respeito à partilha de controlo, acordado por contrato, e existe apenas quando as decisões estratégicas financeiras e operacionais exigem o consentimento mútuo das partes que assinam o contrato.

Por outro lado a influência significativa não implica controlo nem controlo conjunto, mas implica a participação nas decisões preponderantes da entidade, ou seja, pode-se revelar através da posse de ações, estatuto ou acordo.

Assim, é de extrema importância a análise e o conhecimento das transações, dos saldos pendentes e dos relacionamentos com as partes relacionadas, na medida em que possam afetar as avaliações dos utentes das demonstrações financeiras.

Os relacionamentos entre a empresa-mãe e as subsidiárias devem ser divulgados independentemente de ter havido ou não transações entre essas partes relacionadas.

No caso de terem existido transações entre as partes relacionadas, as entidades devem divulgar a natureza desse relacionamento, assim como toda a informação necessária acerca das transações entre ambos.

Essas divulgações devem ter em conta a quantia, quer das transações, quer dos saldos pendentes, mas também os possíveis ajustamentos para cobranças duvidosas e/ou gastos reconhecidos a título de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa das partes relacionadas.

As divulgações referidas devem ser realizadas, quer na empresa-mãe, quer nas entidades com controlo conjunto, nas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.

Na Diretiva 2013/34/UE, e nomeadamente no Balanço e na Demonstração de Resultados, surgem várias diferenças relativamente ao modelo anterior. Na Demonstração de Resultados as empresas passam a reportar separadamente as relações com as empresas coligadas. Por outro lado, os próprios métodos de mensuração das relações entre empresas relacionadas sofrem modificações, principalmente ao nível do Método de Equivalência Patrimonial. Estas diferenças serão explanadas mais pormenorizadamente no ponto relativo à Consolidação.

#### 2.8.4 NCRF 6 - Ativos Intangíveis

O SNC incorpora uma norma específica para tratar os ativos intangíveis. Sendo assim, os ativos intangíveis analisados na presente norma são os residuais, que não são abrangidos por nenhuma norma. Além disso, são excluídos desta análise os ativos intangíveis que sejam ativos financeiros, definidos pela IAS 39; os ativos de exploração e avaliação, tratados na NCRF16 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais.

Por outro lado, também não são contemplados nesta Diretiva os ativos intangíveis detidos para venda no decurso da atividade empresarial (por exemplo, tratados na NCRF 18 - Inventários e NCRF 19 – Contratos Construção).

Além destes, também não são considerados ativos intangíveis que estejam relacionados com ativos por impostos diferidos, locações; benefícios empregados; *trespasse* (*goodwill*); ativos intangíveis não correntes detidos para venda.

Ativo Intangível: Segundo o §8 da NCRF 6- Ativos Intangíveis, é “*um ativo não monetário identificável sem substância física*”. (Rodrigues J. , Sistema de Normalização Contabilística Explicado, 2012)

Para um determinado ativo ser considerado intangível, deve então corresponder a três requisitos:

- Identificabilidade - ativo deve ser claramente identificável, por forma a ser distinguido do *goodwill* (*trespasse*).

Para ser identificável, é necessário que cumpra dois requisitos: ou é separável, isto é pode ser vendido, transformado ou dividido; ou resulta de direitos contratuais ou outros direitos legais.

- Controlo – Um ativo é controlado se a entidade tiver o poder de obter benefícios económicos futuros desse recurso. Essa capacidade de controlo pode advir de direitos legais, embora não seja condição necessária e efetiva para o controlo.
- Benefícios Económicos Futuros – Um ativo intangível pressupõe a existência de benefícios económicos para a entidade. Esses benefícios económicos podem-se traduzir nos réditos da venda dos produtos e serviços, ou noutros benefícios passíveis de trazer rendimentos para a entidade.



### CrITÉrios de reconhecimento

Além da necessidade de identificação de um ativo como possível ativo intangível, é ainda necessário que preencha os requisitos de reconhecimento do mesmo como intangível, isto é, que desse ativo fluam benefícios económicos para a empresa e que o custo desse ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Estes requisitos aplicam-se aos custos incorridos inicialmente na aquisição e os incorridos posteriormente para adicionar, substituir ou dar assistência ao mesmo.

A forma de calcular se o ativo fluirá benefícios económicos para a entidade deve ser apurada pela própria empresa, através de pressupostos razoáveis e que permitam uma estimativa fiável desses valores. Essa estimativa é realizada consoante juízos de valor, e portanto tem uma componente subjetiva bastante razoável.

O reconhecimento de um ativo intangível pode ocorrer nos casos especificados abaixo, e os dispêndios com o mesmo, caso sejam considerados gastos do período já não podem mais ser capitalizados:

- Aquisição Separada
- Aquisição no âmbito de uma concentração empresarial
- Troca de ativos
- Aquisição através de um subsídio do Governo
- Ativos Intangíveis gerados internamente.

Relativamente aos ativos intangíveis gerados internamente, a NCRF 6, considera que estes podem gerar despesas de pesquisa e/ou despesas com desenvolvimento.

A própria classificação do ativo como intangível gerado internamente, é por vezes, bastante complicada de efetuar, na medida em que existem problemas em *“identificar se e quando existe um ativo identificável que gere benefícios económicos futuros (...) e determinar fiavelmente o custo do ativo”* (CNC, Norma Contabilística e de Relato Financeiro 6, 2014).

### Despesas de Pesquisa e Despesas de Desenvolvimento

As despesas na fase de pesquisa, são, de acordo com a NCRF, realizadas com o objetivo de obter novos conhecimentos científicos e técnicos. Assim, esses valores devem ser

reconhecidos como gastos do período, uma vez que a entidade não consegue provar que esses dispêndios contribuirão para a entrada de benefícios económicos futuros e como tal, não podem gerar ativos intangíveis.

Por sua vez, as despesas de desenvolvimento dizem respeito à aplicação dos conhecimentos obtidos na fase de pesquisa para a conceção ou produção de materiais. Assim, a fase de desenvolvimento pressupõe-se que surge depois da fase de pesquisa.

Desta forma, o SNC prevê, para situações muito específicas, a possibilidade destes valores serem capitalizados e, como tal, gerar ativos intangíveis.

Para tal acontecer, é necessário que a entidade garanta o cumprimento das situações abaixo:

- A viabilidade técnica conseguida através da conclusão do “candidato” a ativo intangível
- A intenção de concluí-lo para o poder utilizar ou vender
- Capacidade da própria entidade para usar ou vender
- De que forma é possível que o ativo intangível gere benefícios económicos futuros para a entidade
- Capacidade para mensurar com fiabilidade o valor da despesa com desenvolvimento.

Caso a entidade consiga cumprir com os requisitos acima, o valor do dispêndio pode ser capitalizado. Caso contrário, deverá ser reconhecido imediatamente como gasto do exercício.

#### Reconhecimento imediato como gasto do período

Algumas categorias de despesas não têm em situação alguma hipóteses de capitalização. De acordo com o §63 e §64, as despesas com marcas, cabeçalhos, etc., não cumprem os requisitos de intangível, e portanto não podem ser capitalizadas, sendo imputadas a resultados do período. O mesmo acontece com as despesas de arranque e constituição da empresa (*start-up costs*), que, de acordo com o §68 devem ser imputadas diretamente a capitais próprios.

A Diretiva da Contabilidade provoca uma mudança substancial no que toca aos ativos intangíveis. Segundo o novo normativo, os ativos intangíveis devem ser amortizados ao longo da sua vida útil.

Relativamente às despesas de trespasse (*goodwill* no SNC) e despesas de desenvolvimento, sempre que não for possível estimar de forma fiável a vida útil do ativo, considera-se como aceitável entre 5 e 10 anos, sendo este período escolhido pelos Estados- Membros. Como habitualmente, esse prazo e a explicação da escolha deve constar das notas às demonstrações financeiras.

Apesar de a Diretiva definir claramente que os ativos intangíveis devem ser amortizados, a verdade é que apresenta variadas soluções tendo em conta a realidade de cada Estado-Membro.

Quando a legislação permitir a inclusão das despesas de desenvolvimento no ativo, mas estas ainda não estejam devidamente amortizadas, não deve ser efetuada qualquer distribuição de resultados, a não ser que *“o montante das reservas disponíveis para esse efeito e dos resultados transitados seja pelo menos igual ao montante das despesas não amortizadas.”* (Europeia J. O., Diretiva 2013/34/UE, 2013)

Por outro lado, e relativamente às despesas de constituição, quando estas podem ser incluídas no ativo, devem ser amortizadas no prazo máximo de cinco anos.

Para um maior entendimento, segue abaixo um quadro resumo das alterações aos ativos intangíveis:

Ativo Intangível	SNC	Diretiva
<b>Goodwill ou Trespasse</b>	Sujeito a testes de imparidade (sem possibilidade de amortização)	Amortização entre 5 e 10 anos com explicações nas Notas às Demonstrações Financeiras
<b>Despesas de Desenvolvimento</b>	Não existiam quaisquer restrições	Podem ser incluídas no Ativo em situações específicas
<b>Despesas de Constituição</b>	Custos do Exercício	Amortizadas no prazo máximo de cinco anos

Tabela 4- Comparação entre SNC e Diretiva dos ativos intangíveis

### 2.8.5 NCRF 7 - Ativos Fixos Tangíveis

Tal como nos ativos intangíveis, no caso dos ativos fixos tangíveis, a principal preocupação prende-se com o facto de os montantes despendidos poderem ser capitalizados (imobilizados) ou levados a gastos do período.

Primeiramente há que ter em atenção quais os requisitos para que possa ser considerado ativo fixo tangível. Segundo o SNC, são *“itens tangíveis que sejam detidos para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços, para arrendamento ou outros; ou para fins administrativos (...) e que se espera que sejam usados durante mais do que um período.”* (CNC, Norma Contabilística e de Relato Financeiro 7, 2014)

Após a verificação da situação acima é ainda necessário que o custo desse ativo possa ser mensurado com fiabilidade e que seja provável que traga benefícios económicos futuros para a entidade.

Os ativos fixos tangíveis são mensurados inicialmente pelo seu custo, que inclui o preço de compra mais os custos para colocar o ativo em funcionamento, deduzido da estimativa do custo de desmantelamento do mesmo.

A mensuração subsequente pode ser feita por duas vias: o modelo do custo ou modelo do justo valor (ou de revalorização).

O primeiro consiste na valorização simples do ativo através da subtração das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade ao seu valor de custo.

Já o segundo modelo é um pouco mais complexo, uma vez que as depreciações acumuladas e as possíveis perdas por imparidade são subtraídas ao justo valor do ativo. A revalorização consiste na comparação dos valores do ativo mensurados ao justo valor e à realização de possíveis ajustamentos.

Quando um elemento do ativo é revalorizado através deste método, todos os elementos da classe desse ativo devem ser revalorizados, sendo que os aumentos de justo valor são classificados no capital próprio (excedentes de revalorização) e as possíveis perdas são também levadas a capital próprio, até ao limite das reservas constituídas pelo excedente de revalorização. O montante que exceder estas reservas deve ser considerado gasto do período.

Ainda referente a este assunto, o SNC prevê que os encargos com empréstimos obtidos devam ser reconhecidos imediatamente como gastos do período.<sup>42</sup> Contudo, existe a exceção de capitalização, no caso dos encargos financeiros serem diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção do ativo fixo tangível.

Aquando da alienação, depreciação ou abate do bem, os montantes devem ser transferidos para resultados transitados, contribuindo assim para uma maior aproximação dos capitais próprios à realidade, mas por outro lado, traduz-se numa diminuição dos valores das depreciações.

A Diretiva da Contabilidade contempla, para a mensuração do ativo fixo<sup>43</sup> (elementos do ativo que se destinam a servir de forma duradoura a empresa), (Europeia J. O., Diretiva 2013/34/UE, 2013), a base de mensuração alternativa pelas quantias revalorizadas.

No caso de os Estados-Membros já preverem a possibilidade de mensuração pela revalorização, devem definir o conteúdo, limites e regras de aplicação.

A mensuração pelas quantias revalorizadas consiste na avaliação dos respetivos ativos fixos com base no seu justo valor. Sempre que exista diferença entre o custo de aquisição ou custo de produção e a respetiva quantia revalorizada, esse valor deve ser considerado no capital próprio, na rubrica de capital e reservas do excedente de revalorização.

Ao contrário do preconizado no SNC, o excedente de revalorização pode ser capitalizado, no seu todo ou apenas em parte.

Por outro lado, os valores constantes do excedente de revalorização devem ser avaliados periodicamente, uma vez que quando *“os montantes transferidos para esse excedente deixarem de ser necessários para a execução da contabilização com base na revalorização”*. (Europeia J. O., Diretiva 2013/34/UE, 2013)

A aplicação do excedente de revalorização deve ser definida por cada Estado Membro, contudo as transferências para resultados provenientes do excedente de revalorização só devem ser realizadas se os montantes transferidos tiverem sido reconhecidos como gastos ou se forem mais-valias efetivamente realizadas.

---

<sup>42</sup> §24 NCRF 7- Ativos Fixos Tangíveis

<sup>43</sup> Designação dada pela Diretiva 2013/34/UE

Desta forma pretende-se que nenhuma parte do excedente de revalorização possa ser alvo de distribuição a não ser se for efetivamente uma mais-valia realizada. Esta situação configura para a empresa uma modificação na realidade económica da empresa, já que aumenta os seus capitais próprias, não existindo portanto fluxo financeiro. Além disso, a distribuição apenas pode ser realizada no caso de a empresa realizar a mais-valia, o que normalmente acontece pelo uso ou alienação dos bens a que respeita.

### **2.8.6 NCRF 10 - Custos Empréstimos Obtidos**

Regra geral, os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos do período. A exceção ocorre, quando se tratam de valores capitalizados, isto é, custos de empréstimos que possam ser diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um determinado ativo.

Essa capitalização deve ser iniciada quando os dispêndios com o ativo estejam a ser incorridos; os custos do empréstimo obtido estejam a ser incorridos e as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso estejam em curso.

Sempre que alguma das atividades referidas acima seja suspensa, a capitalização dos empréstimos obtidos deve também parar temporariamente, assim como deve cessar, regra geral, quando as atividades para preparar o ativo terminarem.

No que toca à nova Diretiva da Contabilidade, não foram introduzidas alterações respeitantes aos custos com os empréstimos obtidos, portanto prevê-se a continuidade do critério adotado pelo SNC.

### **2.8.7 - Participações Financeiras e Consolidação de Contas (NCRF 13;14 e 15)**

A consolidação de contas é um assunto bastante abordado na Diretiva 2013/34/UE. Uma vez que essa temática está também relacionada com as participações financeiras e a concentração de atividades empresariais, as três normas vão ser analisadas em conjunto.

Em primeiro lugar, há que distinguir as várias participações financeiras que podem existir e de que forma o seu conceito foi alterado (ou não) com o novo paradigma.

Convém referir que os investimentos financeiros indicados acima, são aplicações financeiras a longo prazo, a medida em que devem ser mantidas no prazo mínimo de um ano.

Por outro lado, é importante também indicar quais as entidades que estão sujeitas à consolidação de contas e, na mesma medida, as que, por alguma razão possam estar dispensadas de o fazer.

No SNC, a obrigatoriedade de efetuar contas consolidadas aplica-se às empresas-mãe e todas as subsidiárias sobre as quais exerça influência dominante ou controlo ou que exerça a gestão das mesmas (independentemente da titularidade do capital).

Ainda assim, estão também sujeitas a consolidação, as detentoras de capital que satisfaçam uma das situações abaixo:<sup>44</sup>

- Tenha a maioria dos direitos de voto, exceto se for demonstrado que esses direitos não conferem o controlo;
- Tenha o direito de designar ou de destituir a maioria dos titulares do órgão de gestão de uma entidade com poderes para gerir as políticas financeiras e operacionais dessa entidade;
- Exerça uma influência dominante sobre uma entidade, por força de um contrato celebrado com esta ou de uma outra cláusula do contrato social desta;
- Detenha pelo menos 20 % dos direitos de voto e a maioria dos titulares do órgão de gestão de uma entidade com poderes para gerir as políticas financeiras e operacionais dessa entidade, que tenham estado em funções durante o exercício a que se reportam as demonstrações financeiras consolidadas, bem como, no exercício precedente e até ao momento em que estas sejam elaboradas, tenham sido exclusivamente designados como consequência do exercício dos seus direitos de voto;
- Disponha, por si só ou por força de um acordo com outros titulares do capital desta entidade, da maioria dos direitos de voto dos titulares do capital da mesma.

Relativamente à dispensa de consolidação, esta baseia-se na aplicação de limites. Caso dois dos três limites sejam ultrapassados, a empresa-mãe é obrigada novamente a elaborar contas consolidadas.

---

<sup>44</sup> Retirado do Decreto-lei 158/2009 de 13 julho

Os limites são:<sup>45</sup>

- a) Total do balanço: € 7 500 000;
- b) Total das vendas líquidas e outros rendimentos: € 15 000 000;
- c) Número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 250.

Além da dispensa de consolidação, existem ainda situações em que as entidades podem estar excluídas da consolidação (artigo 8.º Decreto-lei 158/2009 de 13 julho).

As participações financeiras classificam-se, segundo o SNC em investimentos em Associadas, Subsidiárias ou Empreendimentos conjuntos.

Uma subsidiária é *“uma entidade, incluindo as entidades não constituídas sobre a forma de sociedade, que é controlada por uma entidade designada por empresa-mãe. Entende-se por controlo o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma”*. (Costa, 2010).

As empresas associadas são empresas onde a *“entidade investidora exerce influência significativa, mas sem deter o controlo sobre as principais políticas da associada”*. (Rodrigues J. , Sistema de Normalização Contabilística Explicado, 2012)

Normalmente presume-se que existe influência significativa sempre que a percentagem de participação se situa entre 20% e 50%.

Um empreendimento conjunto (*joint venture*) traduz-se num controlo efetuado por uma ou mais entidades mas que assenta numa base contratual.

O quadro abaixo resume de forma bastante eficaz as diferentes situações com as quais nos podemos deparar em termos de participações financeiras.

---

<sup>45</sup> Retirado do Decreto-lei 158/2009 de 13 julho



Controlo/ Influência	Participação	Norma SNC	Mensuração	
			Contas Individuais	Contas Consolidadas
<b>Controlo Exclusivo</b>	Subsidiária	NCRF 15	Método Equivalência Patrimonial	Método Consolidação Integral
<b>Controlo Conjunto</b>	Empreendimento Conjunto	NCRF 13	Método Equivalência Patrimonial ou Consolidação Proporcional	Método Consolidação Proporcional
<b>Influência Significativa</b>	Associada	NCRF 13	Método Equivalência Patrimonial	Método Equivalência Patrimonial
<b>Sem influência Significativa</b>	Outras	NCRF 27	Justo Valor	Justo Valor

**Tabela 5 - Classificação das Partes de Capital<sup>46</sup>**

A NCRF 14 trata da concentração de atividades empresariais que pode ocorrer por diversas formas: fusões, compra de uma entidade por uma ou mais empresas; compra de ações ou quotas, entre outros.

Sendo assim, foi necessário que o SNC definisse claramente qual o método de contabilização destas concentrações, tendo ficado definido que pode ser através do método da compra ou método da comunhão de interesses.

No método da compra, “*os ativos e passivos são contabilizados pelo seu justo valor*” (Contabilística, Norma Contabilística e de Relato Financeiro 14, 2014) (...), gerando um *goodwill* ou *goodwill* negativo, apurado pela diferença entre o justo valor dos ativos e passivos identificados e o respetivo custo de aquisição.

#### Associadas e Empreendimentos Conjuntos

No caso da contabilização dos empreendimentos conjuntos e das participações em associadas, há que ter em consideração o Método da Equivalência Patrimonial (MEP).

<sup>46</sup> Adaptado de (Rodrigues J. , Sistema de Normalização Contabilística Explicado, 2012)- página 599

Embora os empreendimentos conjuntos admitam a existência de controlo (os investimentos em associadas são apenas referentes a influência significativa), o método de cálculo do valor das participações pode ser bastante idêntico, com a atenuante que no caso dos empreendimentos conjuntos, as contas consolidadas devem ser mensuradas pelo método de consolidação proporcional.

O MEP é o método em que *“o investimento ou interesse é inicialmente reconhecido pelo custo e, posteriormente, ajustado em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do investidor.”* (CNC, Norma Contabilística e de Relato Financeiro 13, 2014)

Desta forma, o investimento inicial é mensurado ao custo, mas existe um ajustamento sucessivo do valor dessa participação, tendo em conta a percentagem de participação detida. Em termos genéricos, à data de balanço podemos verificar que os lucros obtidos pela entidade aumentam o valor da participação financeira, enquanto os eventuais prejuízos a diminuem.

Os lucros apurados através deste método, não podem ser financeiramente realizáveis, contudo na legislação portuguesa nada foi feito até agora para tornar esta reserva não passível de distribuição.

Nas contas consolidadas de um empreendimento conjunto deve ser utilizado o método da consolidação proporcional. Este método, definido na NCRF 13 (§54 a 56), pretende que os ativos e passivos das duas entidades sejam fundidos, apenas pela percentagem de participação financeira, realizando também a eliminação do valor dessa mesma percentagem a rubrica de Investimentos Financeiros. Uma das diferenças em relação aos outros métodos é a não existência de interesses minoritários.<sup>47</sup>

Em termos de classificação de participações financeiras, a Diretiva 2013/34/UE, manteve praticamente inalterada a sua divisão, passando apenas a considerar que as empresas até aqui denominadas de “subsidiárias”, passam a ser designadas de filiais.<sup>48</sup>

Além disto, o §36 da Diretiva afirma ainda que em termos de investimentos em associadas, mantém-se inalterado o disposto na Diretiva 83/349/CEE, na medida em que *“as empresas*

---

<sup>47</sup> “Parte dos resultados e dos ativos líquidos de uma subsidiária atribuível a interesses de capital próprio que não sejam detidos (...) pela empresa-mãe” – NCRF 14 §9

<sup>48</sup> Definição do artigo2.º 10) Diretiva – *“empresa controlada por uma empresa-mãe, incluindo qualquer empresa filial da empresa mãe de que essa empresa depende em última instância.”*

*associadas deverão ser incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas com base no método de equivalência patrimonial.*” (Europeia J. O., Diretiva 2013/34/UE, 2013)

Em relação às entidades geridas conjuntamente, a Diretiva admite igualmente o método de consolidação proporcional tal como definido no SNC.

No que toca à aplicação do MEP, a Diretiva tece algumas considerações acerca da forma como devem ser incluídos esses valores nas demonstrações financeiras da entidade.

Em primeiro lugar, *“se uma empresa incluída na consolidação tiver uma empresa associada, essa empresa associada é inscrita numa rubrica separada com uma designação adequada”*. (Europeia J. O., Diretiva 2013/34/UE, 2013)

Em seguida, a Diretiva indica de que forma deve ser contabilizado o investimento inicial: o valor escriturado deve ser calculado tendo em consideração as bases de mensuração aplicáveis (custo de aquisição). A diferença entre esse valor e o montante correspondente à quota-parte do capital e reservas de participação deve ser divulgada separadamente no balanço consolidado e nas notas (ajustamentos decorrentes da aplicação do MEP).

Uma informação relevante e que demonstra novamente a tentativa de simplificar a prática do registo e divulgação da informação financeira, prende-se com o disposto no artigo 27º número 9 da Diretiva: *“o presente artigo não precisa de ser aplicado se as participações no capital da empresa associada não forem materiais”*.

No caso de ser aplicado o método de consolidação proporcional (artigo 26º número 1), as regras de elaboração de demonstrações financeiras consolidadas devem ser adaptadas mas o essencial previsto no SNC mantém-se.

### Goodwill

No SNC, o *Goodwill* representa a diferença positiva entre o custo de aquisição de uma participação financeira e o valor da quota-parte dos ativos, passivos e passivos contingentes pertencente ao comprador.

Este paradigma adotou o disposto na IFRS 3, e portanto, o Goodwill não é passível de amortização, mas sujeito a testes de imparidade anuais.

A Diretiva da Contabilidade não especifica claramente de que forma deve ser tratado o *Goodwill*. No artigo 24.º n.º 3 alínea c), o legislador afirma que no balanço consolidado, deve ser considerado como “trespasse”, logo considera-o também um ativo intangível.

Ora de acordo com o artigo 12.º da mesma Diretiva, os ativos intangíveis devem ser “*amortizados ao longo da sua vida útil*” (Europeia J. O., Diretiva 2013/34/UE, 2013).

Esta situação levanta bastantes dúvidas sobre a forma como o *goodwill* será contabilizado. Na minha opinião, não houve qualquer articulação entre o preconizado pelo IASB e a União Europeia, não contribuindo por isso para a desejada harmonização contabilística.

### **2.8.8 - NCRF 18 - Inventários**

A norma contabilística e de relato financeiro 18 trata dos inventários que “*não sejam produção em curso proveniente de contratos de construção, (...) instrumentos financeiros e ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola na altura da colheita*”. (Rodrigues J. , Sistema de Normalização Contabilística Explicado, 2012)

Também pela mesma fonte, os inventários são definidos como ativos que são detidos para venda no decurso normal do negócio, ou que são produzidos com o intuito da venda, ou então que assumem a forma de “materiais ou consumíveis a serem aplicados no processo de produção ou na prestação de serviços.”

A mensuração inicial dos inventários é através do custo ou do valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. Contudo, há que ter em atenção que a mensuração do custo dos inventários exclui vários gastos incorridos com os mesmos, como por exemplo quantias anormais de matérias-primas desperdiçadas de mão-de-obra ou de outros custos de produção; custos de armazenamento; custos administrativos e custos de vender.

A avaliação do valor realizável líquido deve ser efetuada de forma individual, podendo por vezes agrupar unidades de inventários semelhantes ou relacionadas.

Tal como referido anteriormente, os custos dos empréstimos obtidos pode ser incluído no custo dos inventários, tal como definido pela NCRF 10.

Como fórmulas de custeio admitidas, o SNC permite o FIFO (*First-in-First-Out*) e o custo médio ponderado.

O LIFO –( *Last in-First-Out*) deixou de ser um método de custeio passível de utilização no SNC.

Além destas, são ainda admitidas fórmulas de custeio como o custo-padrão e o método de retalho. A adoção de uma destas fórmulas de custeio pressupõe que a entidade está em condições de a explicitar de forma conveniente e de mostrar que o valor de custo não se distancia de forma relevante do valor de custo calculado pelas fórmulas anteriores.

A Diretiva 2013/34/UE define que *“os Estados-Membros podem autorizar que o custo de aquisição ou o custo de produção dos inventários da mesma categoria, assim como de todos os elementos fungíveis, incluindo os instrumentos financeiros, seja calculado com base nos preços médios ponderados, com base no método ““Primeira entrada, primeira saída”” (FIFO), no método ““última entrada, primeira saída”” (LIFO), ou num método que siga as melhores práticas geralmente aceite.*

Com o novo paradigma, passa a ser permitida novamente a utilização do critério LIFO, em que os inventários adquiridos em último lugar são os primeiros a ser vendidos. Esta situação não era prevista anteriormente, salvo raras exceções (venda de Vinho do Porto).

No caso português, ainda não foi definido se um dos critérios reconhecidos será também o LIFO, contudo, uma vez que a transposição para o ordenamento jurídico português pretende ser o menos evasivo possível, é natural que a posição do SNC se mantenha.

### **2.8.9 - NCRF 27 - Instrumentos Financeiros**

A NCRF27 prescreve o tratamento para o reconhecimento, mensuração, e divulgação dos instrumentos financeiros. Em primeiro lugar, convém definir claramente o que pode ser incluído na análise desta NCRF.

De acordo com a definição oficial, (CNC, Norma Contabilística e de Relato Financeiro 27, 2014) um ativo financeiro é *“um qualquer ativo que seja dinheiro; um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro; ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros de outra entidade em condições que sejam particularmente favoráveis para a entidade (...) ou um contrato que possa ser liquidado em instrumentos de capital próprio da própria entidade”*.

Além desta definição inicial, importa referir que os instrumentos financeiros podem ser classificados como derivados ou não derivados, sendo que a distinção decorre da efetivação das características seguintes:<sup>49</sup>

- O valor altera-se em resposta à alteração de uma taxa de juro, preço de mercadoria, taxa de câmbio ou outro equivalente
- Não requer qualquer investimento inicial ou muito residual
- É líquido numa data futura.

Relativamente à mensuração os ativos e passivos financeiros são valorizados, na data de relato, ao custo ou custo amortizado, deduzido de qualquer perda por imparidade; ou então ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas em resultados.

A política de mensuração não deve ser alterada enquanto a entidade detiver o ativo, contudo é de salientar que o custo ou custo amortizado deve ser aplicado a instrumentos financeiros à vista ou com maturidade definida; ou cujos retornos para o seu detentor sejam de montante fixo. Por outro lado, os instrumentos financeiros que não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar em perdas para o seu detentor, também deve ser mensurado ao custo ou custo amortizado menos perdas por imparidade.

### **Métodos de Mensuração**

Segundo a NCRF27, o custo amortizado é a *“quantia pela qual o ativo financeiro ou o passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método do juro efetivo”*.

Já o justo valor é definido na mesma norma como sendo *“a quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não existe relacionamento entre elas”*.

A mensuração pelo justo valor é uma das grandes diferenças entre o SNC e o anterior paradigma e, na mensuração inicial, não devem ser incluídos os custos de transação, sendo levados diretamente a resultados do período. Como exemplos de instrumentos financeiros mensurados a justo valor temos os instrumentos de capital próprio com cotações

---

<sup>49</sup> Elaborado tendo em consideração o exposto no §5 da NCRF 27.

divulgadas; os derivados; os ativos e passivos detidos para negociação e os instrumentos de dívida perpétua ou obrigações convertíveis.<sup>50</sup>

As variações no justo valor dos ativos e passivos financeiros deve ser considerada nos resultados do período. Ainda assim, a IAS 39 (Standards, 2014), define que as variações de justo valor de ativos e passivos financeiros que não sejam instrumentos de cobertura devem ser consideradas no resultado líquido do período, enquanto os ativos e passivos detidos para venda devem ser reconhecidos diretamente no capital próprio.

A Diretiva 2013/34/UE incide particularmente na base alternativa de mensuração pelo justo valor. Aliás, o artigo 8.º da Diretiva derroga primeiramente o seu artigo 6.º, número 1, alínea i) que define como critérios de mensuração o custo de aquisição e o custo de produção.

Os Estados-Membros podem, a partir da aplicação da Diretiva, autorizar ou exigir a aplicação da base de mensuração pelo justo valor aos instrumentos financeiros, “*incluindo instrumentos financeiros derivados*” (Europeia J. O., Diretiva 2013/34/UE, 2013), assim como alargar essa aplicação a categorias de ativos que não sejam instrumentos financeiros.

A Diretiva aplica esta possibilidade também aos passivos financeiros, mas apenas no caso de se tratarem de passivos detidos enquanto elementos da carteira de negociação e no caso dos instrumentos derivados.

A determinação do justo valor dos instrumentos financeiros pode ser feita por duas formas, dependendo se os instrumentos financeiros puderem ser mensurados num mercado fiável.

Segundo (Silva, 2014), a determinação pode ser efetuada a três níveis:

- 1.º Nível: valor de mercado, para os casos em que é possível a existência de um mercado fiável
- 2.º Nível: valor dos componentes ou instrumento similar- se não for possível identificar facilmente o valor de mercado de um instrumento, mas possa ser identificado o valor de mercado dos seus componentes ou de um instrumento similar, utiliza-se o valor de mercado do similar.
- 3.º Nível: Modelos e Técnicas de Revalorização- no caso de instrumentos financeiros para os quais não possa ser facilmente identificado um mercado fiável,

---

<sup>50</sup>Exemplos Retirados da NCRF 27

utilizam-se modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites, desde que tais técnicas assegurem uma aproximação razoável do valor de mercado.

A Diretiva da Contabilidade vai mais longe no que toca à definição e utilização do justo valor, contudo acaba por não especificar algumas informações importantes, nomeadamente, o que se define como mercado fiável.

Tal como no SNC, a Diretiva preconiza que as alterações ao justo valor são inscritas na Demonstração de Resultados, mas prevê também a possibilidade de criação de uma reserva de valor para determinados instrumentos, nomeadamente os instrumentos de *“cobertura no quadro de um sistema de contabilidade de cobertura que permita que algumas ou todas as alterações não figurem no capital próprio”*<sup>51</sup>; ou no caso de *“as alterações de valor corresponderem a uma diferença cambial referente a um instrumento monetário que a parte do investimento líquido de uma entidade estrangeira”*.<sup>52</sup> Além destes, os Estados-Membros podem ainda autorizar ou exigir que as alterações ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda sejam reconhecidos também numa reserva de valor.

## **2.9 - As Pequenas Entidades e a Simplificação**

Como já foi referido ao longo deste trabalho, a Diretiva 2013/34/UE tem como principal objetivo a desburocratização da contabilidade e da auditoria, permitindo principalmente às micro e pequenas entidades diminuir o custo e o trabalho que têm com a preparação das Demonstrações Financeiras e com o relato da informação financeira.

Com o SNC, surgiu a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Pequenas Entidades, que apareceu no ordenamento jurídico português através do Aviso n.º15 653/2009 de 7 de setembro.<sup>53</sup>

Esta NCRF tem como objetivo orientar as pequenas e médias empresas no reconhecimento, mensuração e divulgação da informação financeira, como forma de transmitir informação relevante e fiável para os utentes das demonstrações financeiras.

A Diretiva da Contabilidade vem alterar muitos dos pressupostos presentes nessa Diretiva, nomeadamente através do disposto no artigo 14º.

---

<sup>51</sup> Alínea a) do número 8 do artigo 8º da Diretiva 2013/34/UE

<sup>52</sup> Alínea b) do número 8 do artigo 8º da Diretiva 2013/34/UE

<sup>53</sup> Por Despacho n.º 586/2009/MEF do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, de 14 de agosto de 2009- retirado de [http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/SNC/Aviso\\_15653\\_2009\\_NI.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/SNC/Aviso_15653_2009_NI.pdf); acesso em 01 de setembro de 2014.



Em primeiro lugar, os Estados-Membros podem autorizar as pequenas empresas<sup>54</sup> a elaborar balanços sintéticos (modelo apresentado anteriormente neste trabalho), divulgando adicional e separadamente a informação detalhada exigida.

Por outro lado, estas pequenas entidades estão também autorizadas a produzir e divulgar demonstrações de resultados sintéticas agregando rubricas semelhantes.

Em termos de divulgação, também estão previstas algumas simplificações (artigo 31º Diretiva 2013/34/UE), nomeadamente a dispensa de publicação das demonstrações de resultados e dos relatórios de gestão, publicando apenas o balanço sintético e as notas às Demonstrações Financeiras.

Em termos de microempresas<sup>55</sup>, as simplificações são ainda maiores, quer ao nível da produção, mas também da divulgação da informação financeira.

O artigo 36.º da Diretiva indica que os Estados-Membros podem dispensar as microempresas de apresentar as *“contas de acréscimos e diferimentos do passivo”* (Europeia J. O., Diretiva 2013/34/UE, 2013), assim como a elaboração das notas às Demonstrações Financeiras (alínea b) do mesmo artigo) e da elaboração do Relatório de Gestão, desde que as informações mais relevantes sejam contempladas em Notas às Demonstrações Financeiras.

Além disto, a publicação das demonstrações financeiras anuais pode ser dispensada, desde que as informações sejam *“devidamente depositadas, de acordo com a legislação nacional, junto de pelo menos uma entidade competente designada pelo Estado Membro”*. (Europeia J. O., Diretiva 2013/34/UE, 2013)

Também está previsto que as microempresas possam apresentar apenas balanços e demonstrações de resultados sintéticos, como forma a facilitar a realização, mas também a leitura e compreensão dos mesmos. A demonstração de resultados sintética apenas pode conter as rubricas abaixo:<sup>56</sup>

- Volume de Negócios Líquido
- Outros Rendimentos
- Custo com Matérias-Primas e Consumíveis

---

<sup>54</sup> Definição de Pequena Empresa presente no artigo 3.º da Diretiva 2013/34/UE

<sup>55</sup> Definição de Pequena Empresa presente no artigo 3.º da Diretiva 2013/34/UE

<sup>56</sup> Retirado de “A Nova Diretiva de Contabilidade” de Eduardo Sá Silva, 2014

- Gastos com Pessoal
- Ajustamentos de Valor
- Outros Encargos
- Imposto
- Resultados

**Resumo das principais diferenças entre os dois normativos**

<b>Norma</b>	<b>Tema</b>	<b>SNC</b>	<b>Diretiva</b>
<b>NCRF 1</b>	Apresentação DF	Base anual	Possibilidade de derrogação em prol da imagem verdadeira e apropriada
	Estrutura Balanço	Modelo Vertical	Modelo Vertical ou Horizontal com escolha pelos Estados-Membros
	Capital	Capital Realizado inclui Capital Subscrito deduzido do valor constante na conta de acionistas	Capital Subscrito não realizado apresentado no Ativo
	Despesas de Constituição	Gasto do período	Capitalizadas e Amortizadas (Ativo)
<b>NCRF 2</b>	Demonstração Fluxos Caixa	Demonstração Obrigatória	Não sujeição em caso de micro e pequenas empresas e pequenos grupos
<b>NCRF 6</b>	Despesas Desenvolvimento	Gasto do período- capitalização ocorre em situações muito excecionais	Amortizados na vida útil tal como despesas de constituição.
	Despesas Trespasse (Goodwill)	Sujeitas a testes de imparidade anuais	Possibilidade de capitalização e amortização entre 5 e 10 anos
<b>NCRF 7</b>	Mensuração Ativos Fixos Tangíveis	Custo Aquisição menos custo de desmantelamento	Custo de Aquisição
	Revalorização Ativos Fixos Tangíveis	Custo ou Justo Valor	Modelo Revalorizado com capitalização do excedente de revalorização
<b>NCRF 8</b>	Mensuração dos Ativos Não Correntes detidos para venda	Valor Presente com reconhecimento de perda por imparidade sempre que necessário	Custo de Aquisição
<b>NCRF 10</b>	Custo Empréstimos Obtidos	Gasto do período- capitalização ocorre em situações muito excecionais	Gasto do período- capitalização ocorre em situações muito excecionais

<b>Norma</b>	<b>Tema</b>	<b>SNC</b>	<b>Diretiva</b>
<b>NCRF 11</b>	Mensuração Propriedades Investimento	Custo	Custo de Aquisição
	Revalorização Propriedades de Investimento	Custo ou Justo Valor	Justo Valor
<b>NCRF 13/14/15</b>	Associadas	Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (MEP)	Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (MEP)
	Empreendimentos Conjuntos	Consolidação Proporcional	Consolidação Proporcional
	Subsidiárias	Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (MEP)	Consideradas Filiais - Aplicação MEP
	Contabilização MEP	Valor Escriturado=Custo. Quantia Escriturada é aumentada ou diminuída com impacto em resultados	Valor escriturado = Custo de Aquisição. Diferença para a quota-parte do capital e reservas de participação considerado ajustamento de MEP
<b>NCRF 18</b>	Fórmulas Custeio Inventários	FIFO ( <i>First-in-First Out</i> ) e Custo Médio Ponderado. Custo Padrão e Método de Retalho (com justificação)	Reconhecimento do LIFO ( <i>Last-in-First-Out</i> ) ou outro geralmente aceite
<b>NCRF 27</b>	Mensuração Instrumentos Financeiros	Custo ou Custo Amortizado	Justo Valor

### **Resumo das Simplificações para Microempresas**

<b>Microempresas</b>	
<b>Demonstrações Financeiras</b>	Balanco Sintético
	Demonstração Resultados por Naturezas Sintética
	Dispensa de elaboração de Notas às Demonstrações Financeiras
	Dispensa de elaboração do Relatório de Gestão
	Dispensa de publicação de Demonstrações Financeiras
<b>Outras</b>	Dispensa de utilização de acréscimos e diferimentos
	Dispensa de revisão das Demonstrações Financeiras

**Tabela 6 - Simplificações Microempresas - Elaboração Própria**

## 2.10 - Impactos na Auditoria

A Diretiva da Contabilidade veio revogar as Diretivas que se relacionavam diretamente com a auditoria e revisão de contas.<sup>57</sup>

Assim, este documento vem indicar que apenas as médias e grandes, além das empresas de interesse público devem ser *“fiscalizadas por um ou mais revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas aprovados pelos Estados-Membros para realizar a revisão legal de contas com base na Diretiva 2006/43/CE”*. (Europeia J. O., Diretiva 2013/34/UE, 2013)

Por outro lado, fica definido que o auditor deve validar a coerência do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e se o mesmo está realizado de acordo com *“os requisitos jurídicos aplicáveis.”* (Europeia J. O., Diretiva 2013/34/UE, 2013)

Relativamente à opinião expressa pelo auditor, é aqui que se verifica a maior mudança relativamente ao disposto nos normativos anteriores.

A Diretiva da Contabilidade define claramente o que deve constar no relatório do auditor e na emissão da sua opinião. Assim, passa a ser necessária uma introdução que *“identifique no mínimo as demonstrações financeiras sujeitas a revisão de contas bem como a estrutura de relato financeiro utilizada na sua elaboração”*. (Europeia J. O., Diretiva 2013/34/UE, 2013)

.

---

<sup>57</sup> 8ª Diretiva e Diretiva 2006/43/CE

## **Capítulo III - Comparação do Balanço e da Demonstração de Resultados do SNC com a Nova Diretiva**

Um dos grandes objetivos deste trabalho consiste em avaliar o impacto que as alterações introduzidas pela Diretiva 2013/34/UE terão na massa empresarial portuguesa. De acordo com o INE (Instituto Nacional de Estatística), no seu estudo sobre a evolução do setor empresarial em Portugal 2004-2010, as *“micro, pequenas e médias empresas do setor não financeiro do país representavam 99,9% do conjunto”*. (Estatística, 2012), sendo que dentro destas, 96% eram microempresas.

Perante esta conjuntura, espera-se que o fosso entre grandes e pequenas empresas se agrave com o novo diploma, prevendo-se ainda uma forte movimentação entre o designado grupo PME (Pequenas e Médias Empresas), com a transição de empresas que eram consideradas médias passarem a pequenas e empresas designadas pequenas passarem a microempresas, com as devidas implicações inerentes a essa mudança.

A CAETSU Publicidade, SA é um desses casos. Esta empresa é uma das empresas que compõem o Grupo Salvador Caetano e a sua área de negócio é a publicidade.

A empresa foi fundada em setembro de 1999 e *“resultou da joint-venture estabelecida entre o Grupo Japonês Dentsu, 4º maior grupo de comunicação do mundo, e o Grupo Salvador Caetano, e coloca-se no mercado como uma agência de comunicação global e de serviço completo a competir com as maiores agências internacionais a operar em Portugal.”*<sup>58</sup>

A CAETSU é atualmente, e de acordo com os limites definidos no SNC, uma média empresa, não estando por isso abrangida pela Norma Contabilística para Pequenas Entidades, e estando portanto sujeita a certificação de contas,<sup>59</sup> e utilizando, como referido no Relatório e Contas, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

De acordo com os novos limites impostos pela Diretiva 2013/34/UE (referidos anteriormente)<sup>60</sup>, esta empresa passa a ser classificada de Pequena Entidade, usufruindo portanto de todas as simplificações previstas pela Diretiva.

Por forma a poder analisar os possíveis impactos, analisei o relatório e contas de 2013, fornecido pela empresa e o Balanço e Demonstração de Resultados que tentei reconstruir com o disposto no novo diploma. São também referidas as principais alterações em termos

---

<sup>58</sup> Retirado de [http://www.gruposalvadorcaetano.pt/html/empresa\\_grupo\\_q1id\\_cls\\_--\\_3D3\\_--\\_3D\\_id\\_obj\\_--\\_3D68\\_--\\_3D\\_1\\_--\\_3DPT\\_q20\\_q30\\_q41\\_q5.htm](http://www.gruposalvadorcaetano.pt/html/empresa_grupo_q1id_cls_--_3D3_--_3D_id_obj_--_3D68_--_3D_1_--_3DPT_q20_q30_q41_q5.htm) - acedido em 15 setembro de 14

<sup>59</sup> Ver tabela 1

<sup>60</sup> Como ainda não existe proposta portuguesa para os limites, considerou-se o limite inferior para a escolha da entidade.

de divulgação e publicação das Demonstrações Financeiras, assim como as diferenças em termos de certificação de contas. Este pretende ser apenas um mero caso exemplificativo das possíveis alterações nas Demonstrações Financeiras.

Balanço 2013:

<b>Rubrica</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Ativo Não corrente</b>		
<b>Ativos Fixos Tangíveis</b>	1.062.236	41.423
<b>Ativos Intangíveis</b>		1.083
<b>Ativo Corrente</b>		
<b>Clientes</b>	1.479.842	1.163.025
<b>Estado e Outros Entes Públicos</b>	58.348	50.978
<b>Outras Contas a Pagar</b>	473.050	506.256
<b>Diferimentos</b>	9.331	10.645
<b>Caixa e Depósitos Bancários</b>	87.780	59.378
<b>Total do Ativo</b>	<b>3.170.587</b>	<b>1.832.788</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>		
<b>Capital Próprio</b>		
<b>Capital Realizado</b>	100.000	100.000
<b>Outros Instrumentos de Capital Próprio</b>	320.000	320.000
<b>Reservas Legais</b>	67.000	67.000
<b>Outras Reservas</b>	130.677	130.677
<b>Resultados Transitados</b>	-329.258	-426.450
<b>Resultado Líquido do Período</b>	187.748	97.192
	<b>476.167</b>	<b>288.419</b>
<b>Passivo Não Corrente</b>		
<b>Financiamentos Obtidos</b>	997.306	17.222
<b>Passivo Corrente</b>		
<b>Fornecedores</b>	889.179	695.896
<b>Estado e Outros Entes Públicos</b>	152.450	135.499
<b>Financiamentos Obtidos</b>	54.772	11.242
<b>Outras Contas a Pagar</b>	600.713	594.413
<b>Diferimentos</b>	0	90.097
<b>Total do Passivo</b>	<b>2.694.420</b>	<b>1.544.369</b>
<b>Total Passivo+ Capital Próprio</b>	<b>3.170.587</b>	<b>1.832.788</b>

Tabela 7 - Balanço SNC CAETSU 2013 - Retirado do Relatório e Contas 2013

Demonstração de Resultados por Naturezas de 2013

<b>Rendimentos e Gastos</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Serviços Prestados</b>	6.233.887	7.657.137
<b>Subsídios à Exploração</b>	8.711	5.271
<b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>	-4.531.003	-6.028.872
<b>Gastos com Pessoal</b>	-1.454.293	-1.477.098
<b>Imparidade de Dívidas a receber</b>	0	-5.261
<b>Outros Rendimentos e ganhos</b>	62.505	36.577
<b>Outros Gastos e Perdas</b>	-12.760	-3.062
<b>Resultado</b>	<b>307.047</b>	<b>184.692</b>
<b>Gastos/Reversões de Depreciação</b>	-49.925	-33.614
<b>Resultado Operacional</b>	<b>257.122</b>	<b>151.078</b>
<b>Juros e Rendimentos Similares Obtidos</b>	312	465
<b>Juros e Gastos Similares Suportados</b>	-24.345	-28.683
<b>Resultado Antes de Impostos</b>	<b>233.089</b>	<b>122.860</b>
<b>Imposto sobre o Rendimento do Período</b>	-45.340	-25.668
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>187.749</b>	<b>97.192</b>

Tabela 8 - Demonstração Resultados SNC CAETSU 2013 - Retirado do Relatório e Contas 2013

Em primeiro lugar, é necessário tecer algumas considerações acerca da forma como a entidade preparou as demonstrações financeiras. No Relatório e Contas, a CAETSU especifica quais as políticas contabilísticas adotadas, assim como a forma como mensura os seus ativos.

Em relação a essas políticas, a empresa define que as demonstrações financeiras são preparadas de acordo com o princípio da continuidade, isto é, no pressuposto que a entidade é una e que não vai sofrer nenhuma alteração significativa nem encerrar as operações.

Por outro lado, a entidade prima pela aplicação do custo histórico na valorização dos seus ativos. De facto, no que toca por exemplo aos ativos fixos tangíveis e aos intangíveis, a empresa aplica o custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e possíveis perdas por imparidade.



O método de amortização utilizado é o das quotas constantes, e, por exemplo, em 2013, a empresa deixou de possuir ativos intangíveis, uma vez que o valor detido em 2012 relativo a programas de computador foi integralmente amortizado.

Relativamente ao Capital Próprio, é indicado que o capital social encontra-se totalmente subscrito, sendo composto por 100.000 ações nominativas de valor nominal de 1 euro cada.

Não existe informação acerca da existência de despesas de constituição ou ações próprias, pelo que se considera que não existem.

Em termos de Demonstração de Resultados, a empresa, que só tem prestação de serviços, indica que apenas cerca de 2% é relativo a prestação de serviços no mercado externo, sendo portanto uma empresa que maioritariamente serve o mercado nacional. Os subsídios à exploração recebidos são relativos a valores atribuídos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional relacionados com estágios profissionais.

Utilizando os modelos de Balanço e Demonstração de Resultados previstos pela Diretiva 2013/34/UE, reconstruo abaixo estas demonstrações financeiras, com a estrutura a apresentar com o novo normativo.

Estrutura Horizontal de Balanço da CAETSU de acordo com a Diretiva 2013/34/UE

<b>ESTRUTURA HORIZONTAL DO BALANÇO</b>			
		<b>2013</b>	<b>2012</b>
	<b>Ativo</b>	<b>3.170.587</b>	<b>1.832.788</b>
<b>A.</b>	Capital subscrito não realizado	0	0
<b>B.</b>	Despesas de constituição	0	0
<b>C.</b>	<b>Ativo fixo</b>	<b>1.062.236</b>	<b>42.506</b>
<b>I.</b>	<b>Ativos intangíveis</b>	0	1.083
	1. Despesas de desenvolvimento	0	0
	2. Concessões, patentes, licenças, marcas, e direitos e ativos similares, se tiverem sido:	0	0
	a) Adquiridos a título oneroso	0	1.083
	b) Criados pela própria empresa	0	0
	3. Trespasse	0	0
	4. Adiantamentos por conta.	0	0
<b>II.</b>	<b>Ativos fixos tangíveis</b>	1.062.236	41.423
	1. Terrenos e edifícios.	1.042.015	0
	2. Instalações técnicas e máquinas.	0	0
	3. Outras instalações, utensílios e mobiliário.	20.221	41.423
	4. Adiantamentos por conta e ativos fixos tangíveis em curso.	0	0
<b>III.</b>	<b>Investimentos financeiros</b>	0	0
	1. Ações ou quotas em empresas coligadas.	0	0
	2. Créditos sobre empresas coligadas.	0	0
	3. Participações.	0	0
	4. Créditos sobre entidades participadas.	0	0
	5. Títulos com a característica de ativos fixos.	0	0
	6. Outros empréstimos.	0	0
<b>D.</b>	<b>Ativo corrente</b>	<b>2.108.351</b>	<b>1.790.282</b>
<b>I.</b>	<b>Inventários</b>	0	0
	1. Matérias-primas, subsidiárias e de consumo, e consumíveis.	0	0
	2. Produtos e trabalhos em curso.	0	0
	3. Produtos acabados e mercadorias.	0	0
	4. Adiantamentos por conta de compras.	0	0

<b>ESTRUTURA HORIZONTAL DO BALANÇO</b>			
		2013	2012
<b>II.</b>	<b>Créditos</b>	2.020.571	1.730.904
	1. Créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços.	1.538.190	1.214.003
	2. Créditos sobre empresas coligadas.		
	3. Créditos sobre entidades participadas.	410.224	410.000
	4. Outros créditos.		
	5. Acréscimos e diferimentos	72.157	106.901
<b>III.</b>	<b>Investimentos financeiros</b>	0	0
	1. Ações ou quotas em empresas coligadas.	0	0
	2. Ações próprias ou quotas próprias	0	0
	3. Outros investimentos financeiros.	0	0
<b>IV.</b>	<b>Depósitos bancários e caixa</b>	87.780	59.378
<b>Capital, reservas e passivo</b>		<b>3.170.587</b>	<b>1.832.787</b>
<b>A.</b>	<b>Capital e reservas</b>	<b>476.168</b>	<b>288.419</b>
<b>I.</b>	Capital subscrito	100.000	100.000
<b>II.</b>	Prémios de emissão de ações (quotas)	0	0
<b>III.</b>	Excedente de revalorização	0	0
<b>IV.</b>	<b>Reservas</b>	517.677	517.677
	1. Reserva legal	67.000	67.000
	2. Reserva para ações próprias ou quotas próprias	0	0
	3. Reservas estatutárias.	320.000	320.000
	4. Outras reservas, incluindo a reserva de justo valor.	130.677	130.677
<b>V.</b>	<b>Resultados transitados</b>	-329.258	-426.450
<b>VI.</b>	<b>Resultados do período</b>	187.749	97.192
<b>B.</b>	<b>Provisões</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	1. Provisões para pensões e obrigações similares.	0	0
	2. Provisões para impostos.	0	0
	3. Outras provisões.	0	0
<b>C.</b>	<b>Dívidas</b>	<b>2.694.419</b>	<b>1.544.368</b>
	1. Empréstimos por obrigações	0	0
	2. Dívidas a instituições de crédito	0	0

ESTRUTURA HORIZONTAL DO BALANÇO			
	a) Duração residual superior a um ano	46.826	0
	b) Duração residual inferior a um ano	16.531	0
	c) Locação Financeira superior a um ano	950.480	17.222
	d) Locação Financeira inferior a um ano	38.240	11.242
	3. Adiantamentos recebidos sobre encomendas, na medida em que não sejam deduzidos dos inventários de maneira distinta.	0	0
	4. Dívidas por compras e prestações de serviço.	1.041.629	831.395
	5. Dívidas representadas por letras e outros títulos a pagar.	0	0
	6. Dívidas a empresas coligadas.	0	0
	7. Dívidas a entidades participadas.	0	2.626
	8. Outras dívidas	187.292	188.636
	9. Acréscimos e diferimentos	413.421	493.247

**Tabela 9 - Balanço CAETSU- Diretiva 2013/34/UE - Elaboração Própria**

Utilizando o modelo previsto na Diretiva, podemos ver que na parte do Ativo, é dado grande ênfase às diferenças para o anterior paradigma: as despesas de constituição e o capital subscrito não realizado.

Por outro lado, as despesas de trespasse (que passarão a ter tratamento diferentes) surgem uma rubrica própria dentro dos ativos intangíveis. Estas despesas, como sabemos, passam a ser alvo de amortização dentro do seu período de vida útil, que deve ser compreendido entre 5 e 10 anos.

As quotas/ações próprias passam a estar incluídas dentro dos investimentos financeiros, e portanto a fazerem parte do Ativo. Por sua vez, o excedente de revalorização que surge da utilização do modelo de mensuração pelas quantias revalorizadas dos Ativos Fixos Tangíveis, tem uma rubrica própria no Capital Próprio.

Demonstração de Resultados de acordo com a Diretiva 2013/34/UE

<b>ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>			
		<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>1.</b>	Volume de negócios líquido.	6.233.887	7.657.137
<b>2.</b>	Variação dos inventários de produtos acabados e em curso.	0	0
<b>3.</b>	Trabalhos para a própria entidade e capitalizados.	0	0
<b>4.</b>	Outros rendimentos de exploração.	71.216	41.848
<b>5.</b>	a) Matérias-primas, subsidiárias e de consumo, e consumíveis.	0	0
	b) Outros gastos externos.	-4.531.003	-6.028.872
<b>6.</b>	Gastos com o pessoal:		
	a) Salários e ordenados.	-1.177.790	-1.207.234
	b) Encargos sociais	-276.503	-269.864
<b>7.</b>	a) Ajustamentos de valor de despesas de constituição e de ativos fixos tangíveis e intangíveis.	-49.925	-33.614
	b) Ajustamentos de valor de elementos do ativo corrente	0	-5.261
<b>8.</b>	Outros gastos operacionais.	-12.760	-3.062
<b>9.</b>	Rendimentos provenientes de participações	0	0
<b>10.</b>	Rendimentos provenientes de outros investimentos financeiros e de créditos incluídos no ativo fixo	0	0
<b>11.</b>	Outros juros e rendimentos similares	312	465
<b>12.</b>	Ajustamentos de valor de ativos financeiros e de investimentos financeiros incluídos no ativo corrente.	0	0
<b>13.</b>	Juros e gastos similares	-24.345	-28.683
<b>14.</b>	Imposto sobre o rendimento.	-45.340	-25.668
<b>15.</b>	Resultado após impostos.	<b>187.749</b>	<b>97.192</b>
<b>16.</b>	Outros impostos	0	0

**Tabela 10 - Demonstração Resultados Diretiva 2013/34/UE - Elaboração Própria**

Em termos de estrutura, a nova demonstração de resultados não difere substancialmente da anterior.

Os subsídios à exploração passam a estar incluídos nos outros rendimentos de exploração e as amortizações passam a ser designadas de ajustamentos de valor.

Quer em relação ao Balanço, quer em relação à Demonstração de Resultados, verifica-se que nos próprios mapas passa a constar muito mais informação. No SNC, grande parte da informação explicativa ficava reservada às notas. Com esta nova estrutura, os principais temas são desdobrados para que possa constar muito mais informação relevante. (Por exemplo, a rubrica de gastos com pessoal passa a ser desdobrada de maneira a incluir também a parte suportada pela empresa e, no Balanço as dívidas de e a terceiros são desdobradas de acordo com a entidade a quem está vinculada a dívida).

Além das evidentes diferenças entre a estrutura do Balanço e da Demonstração de Resultados e das diferenças nos métodos de mensuração indicados na tabela 7, existem novos métodos de mensuração admitidos. Devido à falta de informação detalhada suficiente, segue abaixo uma hipótese formulada por mim acerca da revalorização dos ativos fixos tangíveis.

No SNC, a revalorização dos ativos fixos tangíveis pode ser feita através do modelo de custo ou modelo de justo valor. No caso do modelo de justo valor, toda a rubrica deve ser revalorizada ao mesmo tempo.

Supondo que a CAETSU procede em 2013 à revalorização da rubrica de equipamento administrativo pelo método do justo valor, e sem ter em consideração o efeito dos impostos diferidos, consideramos:

A rubrica de equipamento administrativo é composto por:

- Mobiliário: Valor Líquido em 2012: 1.600€ com vida útil de 10 anos.
- Restante Equipamento Administrativo: Valor Líquido em 2012: 1.902€ com vida útil de 4 anos.<sup>61</sup>

Quer para uma rubrica quer para a outra, faltam 2 anos para terminar a vida útil quando é efetuada a revalorização.

---

<sup>61</sup> Vida útil do Material Administrativo entre 4 e 10 anos, segundo o Relatório e Contas

O custo de aquisição do Mobiliário é portanto de 8.000€ e o do restante Equipamento é de 3.814€.

Foi apurado o justo valor dos equipamentos e conclui-se que era do valor abaixo:

- Mobiliário: Justo Valor de 9.000€
- Restante Equipamento: Justo Valor de 4.000€

Lançamento de Reclassificação:

Mobiliário:

1. Pela Revalorização

Débito: Ativos Fixos Tangíveis: 1.600€

Débito: Amortizações Acumuladas: 6.400€ (800€ amortização anual\*8 anos)

Crédito: Excedente Revalorização: 8.000€ (Custo Aquisição)

2. Pelo Lançamento da nova amortização anual:

Débito: Amortizações do Exercício: 4.500€ (9.000€ /2) – valor revalorizado sobre anos de vida útil que restam

Crédito: Amortizações Acumuladas: 4.500€

Restante Equipamento:

1. Pela Revalorização

Débito: Ativos Fixos Tangíveis: 1.907 €

Débito: Amortizações Acumuladas: 1.907€ 953,50€ amortização anual\*2anos)

Crédito: Excedente Revalorização: 3.814€ (Custo Aquisição)

2. Pelo Lançamento da nova amortização anual:

Débito: Amortizações do Exercício: 2.000€ (4.000€ /2) – valor revalorizado sobre anos de vida útil que restam

Crédito: Amortizações Acumuladas: 2.000€

Esta operação traria modificações substanciais nas Demonstrações Financeiras, nomeadamente ao nível do Excedente de Revalorização, que através desta operação passaria a ter 11.814€.

É neste aspeto que a Diretiva 2013/34/UE faz a diferença. Esse valor considerado como Excedente de Revalorização e passa a poder ser capitalizado, ou seja transformado novamente em ativo fixo tangível, em todo em parte.

Ainda assim, esse valor deve ser reduzido sempre que os valores constantes no mesmo deixarem de ser necessários. Isto significa que, provavelmente, a CAETSU deverá reduzir este valor em breve, uma vez que os ativos agora reclassificados estão quase no final da sua vida útil. A utilização do excedente está naturalmente, dependente da sua transferência para resultados, mas não poderá ser alvo de distribuição a não ser que se trate de uma mais-valia realizada.

Além das alterações à estrutura e ao conteúdo das Demonstrações Financeiras, a CAETSU terá ainda que realizar algumas adaptações ao nível dos mapas que são de apresentação obrigatória.

Abaixo o resumo das demonstrações exigidas em 2013 e as exigíveis em 2016.

<b>Demonstrações Financeiras Exigidas</b>	
<b>SNC</b>	<b>Diretiva</b>
<b>Balanço</b>	Balanço (sintético)
<b>Demonstração de Resultados por Naturezas</b>	Demonstração Resultados Naturezas (sintético)
<b>Demonstração de Alterações no Capital Próprio</b>	Notas às Demonstrações Financeiras
<b>Demonstração Fluxos Caixa</b>	
<b>Demonstração Resultados por Funções</b>	
<b>Anexo</b>	

**Tabela 11 - Tabela Comparativa das Demonstrações Financeiras – Elaboração Própria**

Em termos de divulgação e publicação das Demonstrações Financeiras, a CAETSU sofrerá também bastantes simplificações.

Além da possibilidade de elaborar Balanços e Demonstração Resultados Sintéticos, a empresa está ainda dispensada de apresentar o Relatório de Gestão, sendo apenas possível a exigência de informações acerca da aquisição das quotas/ações próprias que também devem constar nas Notas às Demonstrações Financeiras.



## **Capítulo IV - Conclusões**

A Diretiva da Contabilidade, que será uma realidade em Portugal, a partir de 2016, pretende ser um instrumento de harmonização entre as diversas realidades presentes na União Europeia.

Ainda assim, com este trabalho, percebe-se que o novo paradigma permite aos Estados-Membros fazerem bastantes escolhas acerca da forma como pretendem aplicar as respetivas disposições.

Esta liberdade de escolha que lhes é atribuída acaba por dificultar o pressuposto da harmonização, na medida em que não existe uma forma única de resolução dos problemas. Cada país avalia a sua situação presente e decide, dentro das hipóteses concedidas, a solução que mais se adequa ao panorama nacional.

Portugal não é exceção. Embora a Comissão de Normalização Contabilística ainda esteja a preparar a transposição das normas europeias para a realidade contabilística nacional, a verdade é que um dos objetivos será minimizar os impactos substanciais nas empresas portuguesas, tentando, dentro do possível, manter o disposto no paradigma anterior.

Contudo, a verdade é que a Diretiva 2013/34/UE trará mudanças substanciais ao nível das micro e pequenas empresas. Como vimos atrás, serão essas o alvo da maior mudança a ocorrer. Dentro da realidade atual, em que as pequenas empresas lutam diariamente pela subsistência, os gastos administrativos representam muitas vezes um valor bastante elevado para a estrutura empresarial.

Assim sendo, a redução dos gastos administrativos e a desburocratização da contabilidade e da auditoria são uma mais-valia bastante importante para as empresas, principalmente as portuguesas, que se libertarão de encargos que podem promover uma maior competitividade e flexibilidade da atividade operacional.

A realização deste trabalho ocorreu numa fase ainda inicial, no que diz respeito à transposição da norma para a realidade jurídica e legislativa portuguesa. Nesta data, ainda não foi publicado qualquer documento oficial por parte da Comissão de Normalização Contabilística no que concerne à aplicação em Portugal do disposto na Diretiva.

Desta forma, sugere-se que, no caso de posteriormente se realizarem trabalhos que incidam sobre esta temática, possam ser já consideradas as alterações ao nível do SNC que apenas foram equacionadas no trabalho atrás exposto.

Em suma, podemos considerar que, em termos gerais, se espera que a atividade empresarial portuguesa possa vir a beneficiar com as simplificações previstas, mas tendo sempre em consideração que a informação se deve manter, apesar de simplificada, igualmente verdadeira e apropriada por forma a ser útil aos utentes das Demonstrações Financeiras.

## **Bibliografia**

- Board, I. A. (09 de 09 de 2014). *IFRS 3*. Obtido de Delloite: <http://www.iasplus.com/en/standards/ifrs/ifrs3>
- CNC. (20 de 08 de 2014). *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 11*. Obtido de [http://www.cnc.min-financas.pt/\\_siteantigo/SNC\\_projecto/NCRF\\_11\\_propried\\_invest.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/_siteantigo/SNC_projecto/NCRF_11_propried_invest.pdf)
- CNC. (09 de 09 de 2014). *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 13*. Obtido de Ministério das Finanças.
- CNC. (14 de 08 de 2014). *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 2*. Obtido de Ministério das Finanças: [http://www.cnc.min-financas.pt/\\_siteantigo/SNC\\_projecto/NCRF\\_02\\_DFCaixa.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/_siteantigo/SNC_projecto/NCRF_02_DFCaixa.pdf)
- CNC. (09 de 09 de 2014). *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 27*. Obtido de [http://www.cnc.min-financas.pt/\\_siteantigo/SNC\\_projecto/NCRF\\_27\\_instrum\\_financ.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/_siteantigo/SNC_projecto/NCRF_27_instrum_financ.pdf)
- CNC. (08 de 07 de 2014). *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 6*. Obtido de Ministério das Finanças: [http://www.cnc.min-financas.pt/\\_siteantigo/SNC\\_projecto/NCRF\\_06\\_activos\\_intangiveis.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/_siteantigo/SNC_projecto/NCRF_06_activos_intangiveis.pdf)
- CNC. (08 de 07 de 2014). *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 7*. Obtido de [http://www.cnc.min-financas.pt/\\_siteantigo/SNC\\_projecto/NCRF\\_06\\_activos\\_intangiveis.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/_siteantigo/SNC_projecto/NCRF_06_activos_intangiveis.pdf)
- CNC. (19 de 08 de 2014). *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 8*. Obtido de [http://www.cnc.min-financas.pt/\\_siteantigo/SNC\\_projecto/NCRF\\_08\\_act\\_n\\_corr\\_e\\_descontin.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/_siteantigo/SNC_projecto/NCRF_08_act_n_corr_e_descontin.pdf)
- Conesa, I. M. (1996). *Marco Conceptual de la Contabilidad Financiera en España*. Madrid: Instituto de Contabilidade y Auditoria de Cuentas.
- Contabilística, C. N. (2009). *Decreto- Lei 158/2009*.
- Contabilística, C. N. (04 de 08 de 2014). *Projeto de Decreto-Lei de Transposição*.

- Contabilística, C. N. (08 de 07 de 2014). *Ministério das Finanças*. Obtido de Norma Contabilística e de Relato Financeiro 5: [http://www.cnc.min-financas.pt/\\_siteantigo/SNC\\_projecto/NCRF\\_05\\_div\\_partes\\_relacionadas.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/_siteantigo/SNC_projecto/NCRF_05_div_partes_relacionadas.pdf)
- Contabilística, C. N. (09 de 09 de 2014). *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 14*. Obtido de Ministério das Finanças.
- Costa, C. B. (2010). *Auditoria Financeira - Teoria e Prática*. Lisboa: Rei dos Livros.
- Estatística, I. N. (2012). *Evolução do Setor Empresarial em Portugal 2004-2010*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- Europeia, C. (1987). Acto Único Europeu.
- Europeia, C. d. (1995). H armonização Contabilística: Uma nova estratégia relativamente à harmonização internacional, Bruxelas. *EU COM (95) 508*.
- Europeia, J. O. (1983). Obtido de Diretiva 83/349/CEE.
- Europeia, J. O. (2008). Regulamento (CE) 1126/2008. *Jornal Oficial da União Europeia*, 1-481.
- Europeia, J. O. (2013). Diretiva 2013/34/UE. *Jornal Oficial da União Europeia*, 19-76.
- Europeia, J. O. (2013). Diretiva 2013/34/UE. *Jornal Oficial da União Europeia*, 19-76.
- Europeia, O. P. (3 de 12 de 2013). Obtido de Tratado de Roma: [http://europa.eu/legislation\\_summaries/institutional\\_affairs/treaties/treaties\\_eec\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_eec_pt.htm)
- Europeia, P. E. (1978). Diretiva 78/660/CE. *Jornal Oficial No L 222/11*, 55-73.
- Europeia, P. E. (1978). Diretiva 78/660/CEE. *Jornal Oficial No L 222/11*, 55-73.
- Europeia, U. (01 de 10 de 2014). Think Small First - A Small Business Act for Europe. *Europa - Press Releases*. Obtido de Think Small First: a Small Business Act for Europe: [http://europa.eu/rapid/press-release\\_IP-08-1003\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_IP-08-1003_en.htm)
- Europeia, U. (2014). Think Small First - A Small Business Act for Europe. *Europa - Press Releases*.

- Europeias, J. O. (1984). *Diretiva 84/253/CEE*.
- Europeu, O. L. (25 de 10 de 2011). Obtido de Proposta de Diretiva: [http://europa.eu/eu-law/legislation/index\\_pt.htm](http://europa.eu/eu-law/legislation/index_pt.htm)
- Ferreira, L. F., & Regojo, P. (1996). A regulamentação contabilística em Portugal. *Jornal de Contabilidade*, 119-126.
- Guimarães, J. F. (2011). Os princípios Contabilísticos Geralmente Aceites (POC vs. SNC). *Revisores e Auditores*, 28-35.
- Haller, A. (2002). Financial Accounting developments in the European Union: past events and future prospects. *The European Accounting Review*, 153-190.
- INE. (2011). *Empresas em Portugal*.
- Nobes, C. (1993). The True and Fair View Requirement: Impact on and of the Fourth Directive. *Accounting and Business Research*, 35-48.
- Rodrigues, J. (2012). *Sistema de Normalização Contabilística Explicado*. Lisboa: Porto Editora.
- Rodrigues, J. (2012). *Sistema de Normalização Contabilística Explicado*. Lisboa: Porto Editora.
- Rodrigues, L. L., & Guerreiro, M. S. (2004). *A Convergência de Portugal com as Normas Internacionais de Contabilidade*. Lisboa: Publisher Team.
- Silva, E. S. (2014). *A Nova Diretiva de Contabilidade (A mudança previsível)*. Porto: Vida Económica.
- Soares, A. G. (2009). *O Tratado de Roma: a "reliquia" da construção europeia*.
- Standards, I. F. (31 de 08 de 2014). *IFRS*.

## Anexos

## Anexo I – Alterações à 4ª Diretiva

Diretiva	Entrada em Vigor
Diretiva 83/349/CEE	29/06/1983
Diretiva 84/569/CEE	24/12/1984
Diretiva 86/635/CEE	-
Diretiva 89/117/CEE	-
Diretiva 89/666/ CEE	03/01/1990
Diretiva 90/604/ CEE	19/11/1990
Diretiva 90/605/ CEE	20/11/1990
Diretiva 91/674/ CEE	-
Diretiva 94/8/ CEE	25/03/1994
Diretiva 99/66/ CEE	26/06/1999
Recomendação 2001/453	-
Diretiva 2001/65/ CEE	18/11/2011
Diretiva 2003/38/ CEE	15/05/2003
Diretiva 2003/51/ CEE	17/07/2003
Diretiva 2006/43/ CEE	29/06/2006
Diretiva 2006/46/ CEE	05/09/2006
Diretiva 2006/99/ CEE	01/01/2007
Diretiva 2009/49/ CEE	16/07/2009

Tabela 12 - Alterações à 4ª Diretiva

## Anexo II- Modelo Balanço SNC

Entidade: .....  
 BALANÇO (INDIVIDUAL ou CONSOLIDADO) EM XX DE YYYYYY DE 200N UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 XXX N	31 XXX N-1
<b>ACTIVO</b>			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis			
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis			
Activos biológicos			
Participações financeiras – método da equivalência patrimonial			
Participações financeiras – outros métodos			
Accionistas/sócios			
Outros activos financeiros			
Activos por impostos diferidos			
Activo corrente			
Inventários			
Activos biológicos			
Clientes			
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos			
Accionistas/sócios			
Outras contas a receber			
Diferimentos			
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários			
Total do activo			
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado			
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas			
Resultados transitados			
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio			
Resultado líquido do período			
Interesses minoritários			
Total do capital próprio			
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores			
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos			
Accionistas/sócios			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
Total do passivo			
Total do capital próprio e do passivo			

(1) – O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros



## Anexo III - Modelo Demonstração Resultados SNC

Entidade: .....

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM XX DE YYYYYY DE 200N

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		N	N-1
Vendas e serviços prestados		+	+
Subsídios à exploração		+	+
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		+ / -	+ / -
Variação nos inventários da produção		+ / -	+ / -
Trabalhos para a própria entidade		+	+
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-
Fornecimentos e serviços externos		-	-
Gastos com o pessoal		-	-
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		- / +	- / +
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		- / +	- / +
Provisões (aumentos/reduções)		- / +	- / +
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		- / +	- / +
Aumentos/reduções de justo valor		+ / -	+ / -
Outros rendimentos e ganhos		+	+
Outros gastos e perdas		-	-
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>=</b>	<b>=</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		- / +	- / +
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		- / +	- / +
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>=</b>	<b>=</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		+	+
Juros e gastos similares suportados		-	-
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>=</b>	<b>=</b>
Imposto sobre o rendimento do período		- / +	- / +
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>=</b>	<b>=</b>
<b>Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período</b>			
<b>Resultado líquido do período atribuível a: (2)</b>			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses minoritários		=	=
<b>Resultado por acção básico</b>			

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

(2) Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

**Anexo IV - Modelo Balanço Diretiva**

<b>Balanço Estrutura Horizontal</b>			
<b>Ativo</b>		<b>Capital Próprio e Passivo</b>	
<b>1.</b>	Capital Subscrito não realizado	<b>1.</b>	Capital e Reservas
<b>2.</b>	Despesas Constituição	<b>2.</b>	Provisões
<b>3.</b>	Ativo Fixo	<b>3.</b>	Dívidas (Terceiros e Estado)
<b>4.</b>	Ativo Corrente	<b>4.</b>	Acréscimos e Diferimentos
<b>5</b>	Acréscimos e Diferimentos		

<b>Balanço Vertical</b>	
<b>1.</b>	Capital subscrito não realizado
<b>2.</b>	Despesas Constituição
<b>3.</b>	Ativo Fixo
<b>4.</b>	Ativo Corrente
<b>5.</b>	Acréscimos e Diferimentos
<b>6.</b>	Dívidas não superiores a um ano
<b>7.</b>	Ativos/Passivos correntes líquidos
<b>8.</b>	Total do Ativo após dedução do passivo corrente
<b>9.</b>	Dívidas superiores a um ano
<b>10.</b>	Provisões
<b>11.</b>	Acréscimos e Diferimentos
<b>12.</b>	Capital e Reservas

**Anexo V - Modelo Demonstração Resultados Diretiva**

<b>Demonstração de Resultados</b>	
<b>1.</b>	Volume de negócios líquido.
<b>2.</b>	Variação dos inventários de produtos acabados e em curso.
<b>3.</b>	Trabalhos para a própria entidade e capitalizados.
<b>4.</b>	Outros rendimentos de exploração.
<b>5.</b>	a) Matérias-primas, subsidiárias e de consumo, e consumíveis.
	b) Outros gastos externos.
<b>6.</b>	Gastos com o pessoal:
	a) Salários e ordenados.
	b) Encargos sociais, com indicação separada dos que cobrem as pensões.
<b>7.</b>	a) Ajustamentos de valor de despesas de constituição e de ativos fixos tangíveis e intangíveis.
	b) Ajustamentos de valor de elementos do ativo corrente, na medida em que excedam os ajustamentos de valor normais no seio da empresa
<b>8.</b>	Outros gastos operacionais.
<b>9.</b>	Rendimentos provenientes de participações, com indicação separada dos provenientes de empresas coligadas.
<b>10.</b>	Rendimentos provenientes de outros investimentos financeiros e de créditos incluídos no ativo fixo, com indicação separada dos provenientes de empresas coligadas.
<b>11.</b>	Outros juros e rendimentos similares, com indicação separada dos provenientes de empresas coligadas.
<b>12.</b>	Ajustamentos de valor de ativos financeiros e de investimentos financeiros incluídos no ativo corrente.
<b>13.</b>	Juros e gastos similares, com indicação separada dos montantes a pagar a empresas coligadas.
<b>14.</b>	Imposto sobre o rendimento.
<b>15.</b>	Resultado após impostos.
<b>16.</b>	Outros impostos que não figurem nas rubricas 1 a 15.
<b>17.</b>	Resultado líquido do período.

## Anexo VI - Balanço CAETSU 2013

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Balanço

EURO

RUBRICAS	NOTAS	31.DEZ.2013	31.DEZ.2012
<b>ATIVO</b>			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos Fixos Tangíveis	3, 5	1.062.236	41.423
Ativos Intangíveis	3, 6	0	1.083
		<u>1.062.236</u>	<u>42.506</u>
ATIVO CORRENTE			
Clientes	3,7,8,14	1.479.842	1.163.025
Estado e Outros Entes Públicos	9	58.347	50.978
Outras Contas a Receber	3,10,14	473.050	506.256
Diferimentos	3, 10	9.331	10.645
Caixa e Depósitos Bancários	3, 4	87.780	59.378
		<u>2.108.351</u>	<u>1.790.282</u>
<b>Total do Ativo</b>		<u><b>3.170.587</b></u>	<u><b>1.832.788</b></u>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital Realizado	2, 12	100.000	100.000
Outros Instrumentos de Capital Próprio	2, 12	320.000	320.000
Reservas Legais	12	67.000	67.000
Outras Reservas	2, 12	130.677	130.677
Resultados Transitados		<u>-329.258</u>	<u>-426.450</u>
		288.419	191.227
Resultado Líquido do Período		<u>187.748</u>	<u>97.192</u>
<b>Total do Capital Próprio</b>		<u><b>476.167</b></u>	<u><b>288.419</b></u>
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Financiamentos Obtidos	3, 13	997.306	17.222
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	3, 14	889.179	695.896
Estado e Outros Entes Públicos	9	152.450	135.499
Financiamentos Obtidos	3,13,14	54.772	11.242
Outras Contas a Pagar	3, 10	600.713	594.413
Diferimentos	3, 10	0	90.097
<b>Total do Passivo</b>		<u><b>2.694.420</b></u>	<u><b>1.544.369</b></u>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<u><b>3.170.587</b></u>	<u><b>1.832.788</b></u>

**Anexo VII - Demonstração Resultados CAETSU 2013****Demonstração dos Resultados por Naturezas**

EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31.DEZ.2013	31.DEZ.2012
Serviços Prestados	3,14,15	6.233.887	7.657.137
Subsídios à Exploração	3, 16	8.711	5.271
Fornecimentos e Serviços Externos	11,14,17,18	-4.531.003	-6.028.872
Gastos com o Pessoal	18, 19	-1.454.293	-1.477.098
Imparidade de Dívidas a Receber	8	0	-5.261
Outros Rendimentos e Ganhos	20	62.505	36.577
Outros Gastos e Perdas	20	-12.760	-3.062
<b>Resultado</b>		<b>307.047</b>	<b>184.693</b>
Gastos/Reversões de Depreciação	5, 6	-49.925	-33.614
<b>Resultado Operacional</b>		<b>257.122</b>	<b>151.078</b>
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	21	312	465
Juros e Gastos Similares Suportados	21	-24.345	-28.683
<b>Resultado Antes de Impostos</b>		<b>233.088</b>	<b>122.860</b>
Imposto Sobre o Rendimento do Período	9	-45.340	-25.668
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>187.748</b>	<b>97.192</b>

, n